VILA NOVA DE GAIA
CÂMARA MUNICIPAL

**GAIA, Investimento INTELIGENTE, Cidade SUSTENTÁVEL**

# RELATÓRIO DE DESEMPENHO

*Execução de 2013 a 2015*

## ÍNDICE


**I. INTRODUÇÃO..... 4**
**II. O PONTO DE SITUAÇÃO INICIAL..... 15**
1. DESTAQUES ESTRATÉGICOS..... 15
2. DESTAQUES FINANCEIROS..... 16
3. DESTAQUES OPERACIONAIS..... 16
4. OLHAR PARA O FUTURO..... 17
**III. SUMÁRIO FINANCEIRO..... 18**
1. NOTA PRÉVIA..... 18
2. DECLARAÇÕES FINANCEIRAS..... 19
2.1. DECLARAÇÃO DE POSIÇÃO FINANCEIRA..... 19
2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS..... 20
2.3. DÍVIDAS A TERCEIROS..... 21
2.4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA..... 23
2.5. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS..... 25
**IV. DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL..... 26**
1. RECEITAS..... 26
2. DESPESAS..... 29
3. FLUXOS MONETÁRIOS..... 31
4. EMPRESAS MUNICIPAIS..... 31
4.1. ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA..... 31
4.2. GAIURB..... 34
4.3. GAIANIMA..... 35
4.4. BALANÇO DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL..... 37
**V. NOTAS FINANCEIRAS..... 38**
1. DESPESAS DE CAPITAL E DESPESAS CORRENTES..... 38
2. CONTAS..... 39
3. DÍVIDA..... 39
4. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE..... 39
5. PASSIVOS CONTINGENTES..... 39
**VI. RECURSOS HUMANOS..... 40**
1. CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA..... 42
2. GAIURB..... 43
3. ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA..... 44
**VII. OUTROS ASPETOS RELEVANTES..... 45**
1. ESTRATÉGIA..... 45
2. CONTINGÊNCIAS..... 45
2.1. FUNDO IMOBILIÁRIO..... 45
2.2. CONCESSÃO DE ESTACIONAMENTO..... 46
2.3. SUMA..... 46
2.4. PROVISÕES JUDICIAIS..... 47
3. REALIZAÇÕES..... 49
3.1. VIAS E ESPAÇO PÚBLICO – OBRAS POR EMPREITADA..... 57
3.2. VIAS E ESPAÇO PÚBLICO – OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA..... 60
3.3. VIAS E ESPAÇO PÚBLICO – PRINCIPAIS INTERVENÇÕES DO SOS-VIAS..... 63
3.4. REABILITAÇÃO DE ESCOLAS – OBRAS POR EMPREITADA..... 65
3.5. REABILITAÇÃO DE ESCOLAS – OBRAS POR ADMIN. DIRETA..... 67
3.6. PROTOCOLOS COM JUNTAS DE FREGUESIA..... 68
3.7. PROTOCOLOS COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS..... 71
**VIII. NOTAS FINAIS..... 76**

***Foi esta força sem tiros***
***de antes quebrar que torcer***
***esta ausência de suspiros***
***esta fúria de viver***
***este mar de vozes livres***
***sempre a crescer a crescer***
***que das espingardas fez livros***
***para aprendermos a ler***
***que dos canhões fez enxadas***
***para lavrarmos a terra***
***e das balas disparadas***
***apenas o fim da guerra.***

José Carlos Ary dos Santos, excerto de *As portas que Abril abriu.*

# I. INTRODUÇÃO

O atual Executivo Municipal assumiu o compromisso de dotar o Município com pilares de Desenvolvimento Sustentável, reforçando uma política de Investimento Inteligente. Assumimos a constante preocupação com o rigor e a transparência na gestão.

A Auditoria Orientada ao Endividamento Municipal (2008 a 2012), realizada pelo Tribunal de Contas, que ditou um Juízo Desfavorável às contas municipais desse período serviu também de orientação às profundas alterações e à reorganização operada no novo mandato. O Tribunal de Contas, relativamente ao período 2008-2012, "*formula um **juízo desfavorável** sobre a situação financeira e patrimonial, na parte relativa à capacidade de endividamento, pois de acordo com o juízo de auditoria, a informação orçamental, económica e financeira, que serviu de base ao apuramento do endividamento dos exercidos de 2008 a 2012, não é, em todos os seus aspetos, conforme às normas legais e princípios de contabilidade aplicáveis, distorcendo a verdadeira situação financeira e patrimonial relativa ao endividamento e afetando, de forma materialmente relevante, a fidedignidade e a fiabilidade das operações examinadas e a sua incidência nas demonstrações financeiras*" (http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2015/2s/audit-dgtc-rel013-2015-2s.shtm).

Assim, na Câmara Municipal de Gaia fizemos, nestes 2 anos, coisas muito claras.

Em primeiro lugar, diminuímos o passivo, tendo sido, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios – 2014 (OTOC, 2015), o Município do País com a melhor execução financeira na redução do passivo (cf. http://pt.calameo.com/read/00032498129f77e60df63).

Ao mesmo tempo, mantivemos indicadores muito relevantes de investimento, tendo sido, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios referido, o terceiro Município do país com maior volume de investimento e o quarto em termos de investimento com transferências de capital. Teria sido fácil pagar dívidas se parássemos o investimento, mas o que ocorreu não foi isso, como mostram os números oficiais. O que mudou foi o tipo de

investimento: passamos a um Investimento Inteligente, a um programa integrado de reabilitação e de manutenção de equipamentos e de espaços públicos, ao mesmo tempo que assumimos alguns investimentos novos, numa lógica de Inteligência e de Sustentabilidade. E fizemos isto em dois anos consecutivos sem Quadro Comunitário, porque o constante adiamento dos financiamentos do Portugal-2020 atirou-nos para uma inexistência de meios de financiamento complementares ao escasso financiamento estritamente municipal.

Ao mesmo tempo, reforçamos o empenho na promoção de uma cidade atrativa, também em termos económicos. De acordo com o estudo independente realizado pela Bloom Consulting, intitulado "*Portugal City Brand Ranking 2015*" (cf. http://www.bloom-consulting.com/pdf/rankings/Bloom_Consulting_City_Brand_Ranking_Portugal.pdf), pode ler-se que "*Vila Nova de Gaia protagonizou a maior subida deste ranking, passando do 34.º lugar nacional para o top 20, devido à sua prestação na categoria Viver (onde subiu 24 posições – 11.º lugar) pelo seu crescimento empresarial (subida de 15 lugares – 24.º lugar) e por uma taxa de ocupação hoteleira muito próxima das melhores do País*" (pág. 12).

De facto, chegamos a esta fase com uma recuperação extraordinária. Baixamos o passivo para valores históricos, diminuímos grandemente o prazo médio de pagamentos, reestruturamos a dívida, renegociamos contratos e sentenças judiciais. Não o fizemos por vocação contabilística, mas pela convicção democrática, por valorização do rigor e da boa gestão, afinal, da forma cuidada de tratar do dinheiro dos impostos do povo.

Tal ocorreu ao mesmo tempo que assumimos a necessidade de mudar de paradigma, baixando impostos, taxas e tarifas (reduzimos o IMI em 8%, o que permitiu conter o efeito das reavaliações de imóveis, poupando 3,7 milhões de euros às famílias gaienses e reduzimos a fatura da água à custa da redução da taxa de resíduos sólidos em 6,5%).

Ao mesmo tempo, reforçamos as políticas sociais, na educação, ação social, políticas de infraestruturas e de sustentabilidade, entre outras. Tentou, assim, mostrar-se que a crise não se resolve entregando a fatura ao povo, pelo aumento dos impostos. A crise resolve-se pela boa gestão, pelo emagrecimento inteligente da estrutura, pela capacidade de definir políticas fortes e sustentáveis, com prioridades inteligentes e sustentáveis.

Tivemos que aumentar as despesas correntes e com pessoal. Mas isso não decorreu da gestão despesista, mas da internalização nas contas do Município de pessoal transitado da Gaianima e do Parque Biológico, com mais de 190 trabalhadores incorporados, que já estavam no universo municipal, mas fora do quadro específico da Câmara Municipal.

Em 2014 reduzimos o passivo da Câmara em mais de 23 milhões de euros, a que se somou o pagamento de cerca de 3,5 milhões de euros de passivo da Gaianima, então em fase de liquidação. Em 2015 teremos um resultado ainda melhor, quer em termos de execução financeira, quer em termos de investimento. Significa isto que, em dois anos, reduzimos o passivo em mais de 50 milhões de euros. Mas fomos confrontados com as seguintes rubricas que entraram nas contas municipais e que não estavam lá:

- 13,9 milhões de euros da sentença irrecorrível das indemnizações do contrato da VL9, assinado em 2002, e que previa uma indemnização de 10 mil euros por dia no caso de não serem cumpridas as cláusulas do dito protocolo, como não foram.

- 4,5 milhões de euros de indemnização à ACA pelo incumprimento de pagamento da obra do Parque da Cidade, entretanto inaugurado há 8 anos, a que se juntam vários outros processos de menor montante, mas de idêntica responsabilidade municipal.

- 5 milhões de acordos de pagamento de dívidas em trânsito judicial, mas que, ao serem negociadas, levaram a reduções de juros e de responsabilidades, mas implicaram também à obrigação de inscrição nas contas.

- 2,4 milhões de pagamento do ProHabita à Gaiurb.

- 14 milhões de euros de passivo da Gaianima que tivemos que internalizar nas contas municipais e que não constavam.

Ou seja, apenas nestes exemplos já temos cerca de 50 milhões de euros. Nem mais. Isto sem falar nos 18 milhões do Fundo Imobiliário, que o Tribunal de Contas ordenou que se contabilizasse nas contas municipais e que originalmente não estavam lá.

Isto é enunciado em pedagogia histórica. É que, se isto não for dito, pode insinuar-se que esta gestão aumentou o passivo municipal. Mas a verdade é que foi diminuído em mais

de 50 milhões de euros o passivo municipal, mas entraram pela porta dentro valores imprevistos de passivo judicializado, dívidas camufladas ou contas maquilhadas. Como se verificou pela Auditoria de Apuramento da Dívida Real, existia um desvio significativo entre o passivo real e o passivo declarado à DGAL ao longo dos anos.

Implementamos as Recomendações do Tribunal de Contas e, no quadro da resposta enviada ao referido Tribunal, solicitamos a realização, por parte deste, de uma Auditoria de Acompanhamento à Câmara Municipal, relativa ao atual mandato, que permita aquilatar o atual modelo de gestão, as alterações ocorridas e a convicção que temos, segundo a qual o Município de Vila Nova de Gaia passou a inscrever-se na lista de Municípios exemplares na gestão municipal rigorosa, inteligente e sustentável.

Mas o trabalho foi, apesar de tudo isto, muito importante para a cidade humanizada e sustentável e para a qual ambicionamos respostas inovadoras em áreas distintivas:

- na Educação

No contexto do programa Gai@*prende*+, o Município procedeu ao longo dos últimos 24 meses a um processo de reabilitação do parque escolar do 1.º ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-Infância envolvendo 1,4 milhões de euros, para além do investimento realizado no domínio do imaterial num montante global de 6 milhões de euros.

- Programa Gai@*prende*+ e Gai@*prende*+ (inclusão), em prol de um projeto educativo forte, credível, que faça de Vila Nova de Gaia uma cidade de referência nas políticas de Educação. Gaia é hoje uma cidade que valoriza mais as pessoas do que as pedras, e quando valorizamos as pedras há-de ser porque elas têm efetivo impacto positivo na vida das pessoas.
- Gai@*prende*+ (i), a primeira resposta nacional integrada para alunos com deficiências do 1.º ciclo e JI das escolas de Gaia.
- Programa de reforço alimentar para todas as crianças, com pequenos-almoços gratuitos e suplementos alimentares vespertinos igualmente gratuitos.

- Ampliação do programa de entrega gratuita e universal de livros escolares a crianças das escolas de Gaia, que pretendemos alargar até ao 9.º ano de forma gradual e assumindo o modelo de entrega parcial para os 2.º e 3.º ciclos.
- Requalificação do parque escolar, com a generalização do *wifi*, dos quadros interativos em escolas que ainda não os tinham, computadores novos e equipamento diverso de apoio às aulas e ao Gai*@prende*+, apoio às bibliotecas escolares.
- Entre muitos outros.

- <u>nos equipamentos sociais estruturantes e sustentáveis</u>

- Requalificação integral do Hospital de Gaia, onde assumimos, pelo menos, 3 milhões de euros de investimento direto.
- Requalificação integral da Biblioteca Municipal de Gaia.
- Reformulação da iluminação pública e semaforização eco-eficiente.
- Requalificação da Ribeira de Valverde.
- Vigilância nas praias fluviais (nadadores-salvadores).
- Pavilhão Municipal de Gulpilhares (requalificação).
- Pavilhão Municipal das Pedras.
- Piscina Municipal Aurora Cunha.
- Polidesportivo Municipal de Seixezelo.
- Centro Escolar Fernando Guedes (JI e 1.º ciclo).
- Reabilitação da Vila d'Este (2.ª fase).
- Centro de Alto Rendimento e Unidade de Acolhimento.
- Aquisição de um novo Autocarro.
- Aquisição do novo Veículo Urbano de Combate a Incêndios (VUCI).
- Bandeiras azuis e "Praia Acessível - Praia para Todos".
- Alargamento da A1 e construção das novas rotundas dos Carvalhos e de Santo Ovídeo.
- Encerramento progressivo do Aterro Sermonde.

- Entre muitos outros.

- no emprego e no apoio à formação

- Criação da Academia e do *Cluster* de Indústrias Criativas – RTP - Centro de Produção do Norte, no Monte da Virgem.
- Apoio a Empresas e sistema de incentivos com impacto direto e indireto na criação e/ou manutenção de milhares de postos de trabalho, de que são exemplos:
    - Cerâmica de Valadares/Arch
    - Grandvision
    - Decathlon
    - Starbucks
    - Brico Depôt
    - Leroy Merlin
    - Artevasi
    - Pampilar
    - Hospital Privado de Gaia
    - La Perla
    - Conforama
    - para além de diversos investimentos em análise.
- Entre muitos outros.

- na reabilitação de equipamentos e de espaços públicos

- GaiaReabilita (reabilitação de cerca de 25 km de ruas, em valor global de 4,5 milhões de euros e reabilitação de escolas num valor superior a 2 milhões de euros).
- Esquadra da PSP de Valadares.
- Esquadra da PSP de Canidelo.
- Instalação dos novos Julgados de Paz.
- Mercado de Afurada (concessão).

- Mercado da Beira-Rio (concessão).
- Centro de Dia do Centro Social de Crestuma.
- Relvado sintético do Candal.
- Relvado sintético de Coimbrões.
- Viaduto General Torres.
- Casa Mortuária de Perosinho.
- Entre muitos outros.

- na qualidade de vida e investimento inteligente e sustentável

- Apoio à formação de músicos das Bandas Filarmónicas.
- 1.ª Bienal de Arte de Gaia.
- Requalificação integral da Cantina dos funcionários municipais.
- Cantinho do Estudo.
- Reabilitação das Encostas do Douro e Escarpa da Serra do Pilar.
- Entre muitos outros.

- na articulação institucional na defesa da região e de projetos de valorização conjunta

- Criação da Frente Atlântica, para gestão articulada de *dossiers* conjuntos de Vila Nova de Gaia, Porto e Matosinhos.
- Reforço de verbas das Juntas de Freguesia já para 2016.
- Retoma de instrumentos de apoio financeiro às instituições da cultura, desporto e ação social.
- Reforço da posição do concelho na discussão e proposta de afetação de verbas do novo quadro comunitário Portugal 2020, tendo o Município conseguido o maior valor de financiamentos de todos os demais da AMP, ao mesmo tempo que conseguiu financiamento para as 3 escolas EB 2/3 que assumimos como prioritárias (Valadares, Teixeira Lopes e Sophia de Mello Breyner).
- Entre muitos outros.

No que respeita a momentos e eventos de afirmação de Vila Nova de Gaia na região e no Mundo, assumimos alguns desafios, vários deles em clara articulação com o Porto e com Matosinhos, numa lógica de parceria institucional para valorização do nosso potencial económico e social:

- Grande Prémio de F1 de Motonáutica.
- Festival de Verão "Marés Vivas".
- 1.ª Bienal de Arte.
- Regata Internacional de Vela 49er.
- São João.
- São Pedro da Afurada.
- Festival Internacional de Música de Gaia.
- *Gaia World Music*.
- Jogos Juvenis de Gaia.
- Jogos do Eixo Atlântico.
- Cais de Fado.
- Entre muitos outros.

E temos grandes ambições, grandes apenas pela importância que terão para a comunidade e pelo seu elevado retorno social e económico:

- "Rabeleiros" a ligar Gaia ao Porto.
- Novo Centro Animal (PATA).
- Requalificação do tabuleiro inferior da Ponte Luiz I.
- Requalificação do Quartel dos Bombeiros Sapadores de Gaia.
- Classificação do Centro Histórico como Património Mundial da Humanidade.
- Requalificação da Piscina da Granja.
- Piscina de Ondas (*wavegarden - surf park*).
- Alargamento da linha de Metro.
- Portinho da Aguda.

- Cartão do Comerciante – estacionamento.
- Pavilhão Municipal de Avintes.
- Requalificação do Areinho de Avintes.
- Pavilhão Municipal de Canidelo.
- Casa Mortuária de Grijó.
- Requalificação da Avenida da República.
- Capela de Afurada (projeto do Arq. Siza Vieira).
- Centro Cultural e de Congressos de Gaia.
- Requalificação da Feira dos Carvalhos.
- Escolas EB 2/3 (no âmbito do novo quadro comunitário de apoio).
- Requalificação da Senhora da Saúde.
- Continuação da Requalificação da rede viária principal, onde se incluem eixos viários como a Rua Delfim de Lima, Rua Heróis do Ultramar, Rua de Tabosa, Rua da Tranqueira, entre outras.
- Continuação da requalificação das escolas EB-1 de Gaia.
- Continuação da requalificação da orla ribeirinha de Gaia, no âmbito do Projeto Encostas do Douro, e continuado esforço de manutenção da orla marítima do concelho.
- Entre muitos outros.

Temos muita ambição em fazer sempre mais e melhor. Por isso, para um financiamento total de 200 milhões de euros que o governo afetou à Área Metropolitana do Porto (AMP) para os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), só o Município de Gaia apresentou mais de 230 milhões de euros de candidaturas.

De facto, a ambição não é um valor em si mesmo. Ela só tem sentido se encaixar nas legítimas aspirações das pessoas e das instituições e se for inteligente e sustentável. Desta forma, será uma ambição concreta, sustentável e não um castelo de areia. De outra forma, será uma daquelas situações relatadas por Esopo, em que alguém, pensando em conseguir

de uma só vez todos os ovos de ouro que a galinha lhe poderia dar, matou-a e abriu-a, só aí descobrindo que não havia nada dentro dela.

Tem também vindo a ser particularmente intenso e amplo o esforço que este executivo tem realizado em prol de um projeto educativo forte, credível, que faça de Gaia uma cidade de referência nas políticas de Educação pública e de inclusão social.

Essa intensidade e essa amplitude resultam da necessidade de, por um lado, desenhar estratégias municipais que integrem universos interdependentes, como as políticas sociais e as políticas da Educação e, por outro lado, envolver nessas estratégias toda a comunidade, desde aquela que pode considerar-se como estritamente escolar, até à rede de instituições sociais de vocação mais abrangente e que, por isso, pode trazer ao sistema a criatividade e a massa crítica tão necessárias à sua renovação e à expansão das suas potencialidades.

Vila Nova de Gaia é hoje uma cidade que valoriza mais as pessoas do que as pedras, é um Município cujo Executivo compreendeu a responsabilidade social que lhe cabe, num momento tão difícil para tantos dos seus cidadãos. Acontece que a Educação é também uma responsabilidade social dos poderes instituídos, públicos e privados, pois é através dela que pode promover-se a correção de desequilíbrios socioeconómicos que tendem a eternizar-se, condenando sempre os mesmos a uma condição de reprodução social, de dependência, subjugação e subalternização social.

Colocar ao serviço de todos um sistema educativo de qualidade, adequar o tempo da escola ao tempo da família e do trabalho, ampliar a oferta pedagógica a novas áreas do conhecimento e da experiência, abrindo os curricula a realidades novas que se vão firmando no nosso mundo, tudo isto é conferir à comunidade, especialmente às nossas crianças e jovens, a possibilidade de estender os seus horizontes de liberdade.

Um sistema educativo de excelência é ainda um pilar de sustentação do emprego e da competitividade das empresas, com impacto no presente e no futuro.

Ora, como se vê, os primeiros tempos incidiram num trabalho de atenção forte à reorganização interna da Câmara e das Empresas Municipais, um cuidado grande à reestruturação financeira do Município, não numa lógica estritamente contabilística, mas

numa efetiva estratégia desenvolvimentista: em primeiro lugar, ter contas equilibradas gera pagamentos atempados, fazendo baixar preços; em segundo lugar, garante-se que esse reequilíbrio financeiro posicione Vila Nova de Gaia na linha dianteira dos Municípios que possam aceder de forma ambiciosa ao Quadro Comunitário que agora arranca.

Tudo isto foi feito sem abdicar das grandes obras que o Município merece já há muitos anos e que estão finalmente em curso: a reconstrução do novo Hospital de Gaia, o alargamento da A1, com a construção dos novos acessos aos Carvalhos e as novas rotundas de Santo Ovídeo, que viabilizará finalmente a Avenida da República até ao mar, o alargamento da linha de Metro de superfície, entre outros.

Tudo isto foi feito assumindo uma aposta decisiva nas políticas de proximidade e na manutenção de equipamentos públicos, rede viária, escolas e jardins-de-infância. Não adianta continuar a apostar apenas em projetos novos sem cuidar da manutenção, do funcionamento e da melhoria do existente. Por isso, gastamos centenas de milhares de euros na requalificação da orla marítima avassalada pelas intempéries de 2013 e de 2014, na melhoria de equipamentos desportivos, culturais e educativos, entre outros.

Vila Nova de Gaia já é conhecida por ter uma excelente gestão municipal, comprovado por entidades externas credíveis. Vila Nova de Gaia vai ser conhecida por ter grandes ambições estratégicas para a região. Vila Nova de Gaia vai ser conhecida pela inovação nas políticas sociais e na sustentabilidade. Vila Nova de Gaia continuará a afirmar-se uma cidade com políticas inteligentes, com um novo modelo de ação política rigorosa e sustentável, com valores e ideais fortes e, pelo exemplo, como um modelo de referência nacional de gestão autárquica.

***Eduardo Vítor Rodrigues***

*Presidente da Câmara*

Vila Nova de Gaia, Dezembro de 2015

## II. O PONTO DE SITUAÇÃO INICIAL

### 1. DESTAQUES ESTRATÉGICOS

O aspeto fundamental da atuação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no ciclo de gestão iniciado em Outubro de 2013, permite concluir que um processo de consolidação orçamental não tem de implicar, obrigatoriamente, o estabelecimento de políticas de contração e de diminuição da atratividade e da competitividade de um território. Obriga a um exercício estratégico e ao estabelecimento de prioridades na ação e na gestão dos recursos públicos.

Evitando a opção recorrentemente utilizada de oneração dos cidadãos e das empresas, tendo por fito a resolução de desequilíbrios orçamentais pela via do aumento de receitas, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia encetou um verdadeiro programa de desoneração do seu impacto financeiro e económico no orçamento familiar e empresarial de todos os que habitam e/ou possuem negócios no concelho, cujos exemplos mais paradigmáticos são a redução da taxa de IMI, da fatura da água ou a isenção de algumas taxas e tarifas para as empresas que criem emprego.

Este programa visa a criação de condições que garantam que o concelho apresente os fatores indutores à fixação de empresas e dos seus habitantes, reforçando a sua marca enquanto cidade. Neste sentido, os resultados recentemente apresentados por um estudo independente realizado pela Bloom Consulting "*Portugal City Brand Ranking 2015*" atestam imediatamente a eficácia da estratégia de Rigor, Transparência e Responsabilidade, mas também de ambição e da capacidade de captação de investimento, que foi adotada pelo executivo municipal.

Neste estudo, já referido, podemos ler que "*Vila Nova de Gaia protagonizou a maior subida deste ranking, passando do 34.º lugar nacional para o top 20, devido à sua prestação na categoria Viver (onde subiu 24 posições – 11.º lugar) pelo seu crescimento empresarial (subida de 15 lugares – 24.º lugar)) e por uma taxa de ocupação hoteleira muito próxima das melhores do País*" (pág. 12).

## 2. DESTAQUES FINANCEIROS

Na dimensão financeira, a estratégia adotada teve por objetivos a redução do passivo municipal e a diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores. Apesar da redução da receita global do Município, em cerca de 10 milhões de euros, foi possível, através de uma execução orçamental muito disciplinada, reduzir a dívida global em mais de 23 milhões de euros e o prazo médio de pagamento para os valores legalmente previstos. Esta dupla expressão, contemplando uma diminuição efetiva das dívidas a fornecedores e uma redução no prazo médio de pagamentos, para além de contribuir para a prossecução do objetivo traçado, de cumprimento dos rácios definidos pela DGAL, é considerada como fundamental para o processo encetado de re-credibilização junto de todos os parceiros e dos cidadãos.

Por outro lado, e perspetivando o aproveitamento das condições criadas pelo novo quadro comunitário de apoio (Portugal 2020), para alavancar investimentos nucleares da estratégia definida para o Município, foi necessário recuperar condições de estabilidade e de autonomia orçamentais.

## 3. DESTAQUES OPERACIONAIS

A reabilitação, enquanto exercício de gestão orientado para a valorização de um património já existente, foi, é e será um eixo prioritário na atuação do atual exercício autárquico em Vila Nova de Gaia.

Com uma área de 168 $km^2$ (4,5 vezes superior ao concelho do Porto), com 114 escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico (terceiro concelho do País) ou 146 Instalações de Pré-Escolar (quarto concelho do País), ou os cerca de 400 km de vias municipais – apresentando, numa percentagem significativa, sinais inequívocos de deterioração –, o desafio perante o qual o atual executivo municipal foi confrontado requereu uma atuação com um caráter urgente.

Esta opção reflete uma nova ambição na ação executiva, sem assumir um posicionamento antagónico face ao "novo", mas focado na assunção da realidade, definida

pela deterioração significativa de equipamentos e infraestruturas fundamentais para a coesão e o desenvolvimento harmonioso do território.

## 4. OLHAR PARA O FUTURO

O sinal afirmado publica e politicamente pela assunção da Presidência da Câmara dos pelouros da Educação e da Ação Social estabeleceu com a clareza exigida aos titulares de cargos políticos, a estratégia fundamental da atuação municipal.

O programa Gai@*prende*+ é o lema de um projeto de valorização da escola e da educação, contemplando todos os elementos dessa comunidade: alunos, pais, professores, auxiliares, Município. O programa visa transformar o concelho num território do conhecimento, enquanto elemento fundamental de ascensão social e do desenvolvimento sustentável pretendido para os cidadãos.

Paralela e complementarmente, a Câmara Municipal definiu o turismo como setor estratégico, nas suas variadas expressões (lazer, académica, negócios, cultural), assumindo essa vocação intrínseca do concelho, enquanto cidade do Vinho e das Caves, numa estreita interdependência com o Porto, através da valorização do seu património, mas garantindo a compatibilização do processo de reabilitação da Zona Histórica com a manutenção da atividade industrial.

Esse processo de reabilitação, para além de ações de natureza imaterial, contempla ainda a construção de um Centro de Congressos - com capacidade para cerca de duas mil pessoas - que permita, no segmento de turismo de negócios e do turismo cultural, colocar o Centro Histórico de Gaia no roteiro internacional dos grandes eventos de natureza institucional e empresarial, compatibilizando a cultura com o Vinho do Porto e o conhecimento com a História e colmatando uma lacuna do núcleo central da região.

A alteração de paradigma desenvolvimentista terá como consequência a criação de uma identidade nova para a Cidade, cujos reflexos procuram tornar-se perenes e promotoras da liderança de uma região e de um País.

# III. SUMÁRIO FINANCEIRO

## 1. NOTA PRÉVIA

Num contexto de ameaças e de dificuldades emergentes – por força da alteração do acervo legislativo nacional em matéria de finanças autárquicas, incluindo, para além do novo regime jurídico das finanças locais, o estabelecimento e constituição de um Fundo de Apoio Municipal, figura jurídica que pressupõe um conjunto de ações de caráter fortemente restritivo e de consequências recessivas para os Municípios que ficarem sob a sua égide –, o Município de Vila Nova de Gaia, assumiu o reequilíbrio das suas finanças como elemento estrutural de um projeto de desenvolvimento concelhio.

Tudo isto ao mesmo tempo que se assumiu o duplo compromisso de fuga às regras constritoras do Fundo de Apoio Municipal e do aumento da resiliência da *holding* municipal (incluindo as empresas municipais) ao conjunto de ameaças, de natureza social, económica e financeira, que pendem sobre o País.

Com o Município ameaçado pelas limitações orçamentais, o processo de ajustamento proposto permitiu ainda, face à perspetiva de abertura de um novo quadro comunitário de apoio, dotar a Câmara Municipal das condições materiais para que as comparticipações locais pudessem ser, dentro dos esquemas previstos, assumidas sem os constrangimentos verificados nos primeiros tempos do mandato autárquico.

Apesar da redução das receitas e das transferências do Estado, num montante de quase 10 milhões de euros, foi possível reduzir o endividamento municipal em mais de 23 milhões de euros – uma redução de cerca de 10% face ao valor da dívida, número recorde no setor municipal em Portugal –, facto que tem de ser destacado por ter assegurado, de forma inequívoca, a independência funcional da política orçamental e financeira do Município, porquanto as regras associadas ao Fundo de Apoio Municipal foram evitadas.

## 2. DECLARAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. DECLARAÇÃO DE POSIÇÃO FINANCEIRA

Analisando o balanço da Câmara Municipal, constata-se haver uma apreciação do ativo em 0,44%, resultado do efeito conjugado do crescimento do imobilizado, pela valorização do imobilizado corpóreo, pelo aumento dos investimentos financeiros e pela redução do ativo circulante, bens do domínio público, dívidas de terceiros (longo, médio e curto prazo) e dos acréscimos de proveitos.

| BALANÇO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| ATIVO | 2013 | 2014 | FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | 2013 | 2014 |
| **Imobilizado** | | | **Fundos Próprios** | | |
| Bens de domínio Público | 362 833 947,16 | 355 683 932,37 | Património | 301 028 726,43 | 306 028 726,43 |
| Imobilizações Incorpóreas | 0,00 | 0,00 | Reservas de Reavaliação | 0,00 | 0,00 |
| Imobilizações Corpóreas | 299 638 301,01 | 319 576 099,69 | Reservas | 48 966 949,51 | 50 227 694,03 |
| Investimentos Financeiros | 73 999 332,17 | 75 150 908,25 | Resultados Transitados | 14 642 087,21 | 29 850 832,75 |
| | | | Resultado Líquido em Exercício | 6 187 744,52 | 16 255 314,69 |
| **TOTAL** | **736 471 580,34** | **750 410 940,31** | **TOTAL** | **370 825 507,67** | **402 362 567,90** |
| **Circulante** | | | **Passivo** | | |
| Existências | 799 463,43 | 794 562,93 | Provisões para Riscos e Encargos | 51 194 130,00 | 49 534 130,00 |
| Dívidas de terceiros MLP | 43 549 786,89 | 36 896 988,86 | Dívidas a terceiros MLP | 166 083 682,23 | 149 762 466,15 |
| Dívidas de terceiros CP | 19 120 115,29 | 17 633 488,09 | Dívidas a terceiros a CP | 35 277 121,49 | 28 399 553,21 |
| Títulos Negociáveis | 0,00 | 0,00 | | | |
| Depósitos em Instituições financeiras e Caixa | 3 970 994,57 | 3 657 625,96 | | | |
| **TOTAL** | **67 440 360,18** | **58 982 665,84** | **TOTAL** | **252 554 933,72** | **227 696 149,36** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Acréscimos de Proveitos | 7 086 605,26 | 5 122 200,01 | Acréscimos de Custos | 5 414 752,92 | 7 044 616,11 |
| Custos Diferidos | 200 577,71 | 244 333,63 | Proveitos Diferidos | 182 403 929,18 | 177 656 806,42 |
| **TOTAL** | **7 287 182,97** | **5 366 533,64** | **TOTAL** | **187 818682,10** | **184 701 422,53** |
| **Total do Ativo** | **811 199 123,49** | **814 760 139,79** | **Total dos Fundos Próprios e Passivo** | **811 199 123,49** | **814 760 139,79** |

Relativamente aos fundos próprios, destaca-se o aumento verificado num montante de 31.537.060,23€, decorrente do crescimento do resultado líquido do exercício, bem como do crescimento dos resultados transitados.

## 2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Da análise da demonstração de resultados do exercício de 2014 destaca-se, sem prejuízo de uma análise mais detalhada sobre algumas das suas rubricas, o facto de o resultado líquido do exercício ter aumentado significativamente (10.067.570€) face a 2013, revelando assim, uma evolução crescente e contínua na consolidação orçamental.

Assim, verifica-se que o aumento registado no fornecimento de serviços externos (2,71%) e nos custos com pessoal (2,24%) – resultado do processo de internalização da empresa municipal Gaianima, EM, em processo de extinção por força do incumprimento dos rácios para o setor empresarial local, e do processo de internalização do Parque Biológico, do aumento significativo (69%) dos custos e perdas financeiras, por contabilização dos juros de mora inerentes a acordos de pagamento de dívidas a terceiros – foi compensado pela redução nas transferências e subsídios correntes concedidos (27%), pelas provisões, resultado de uma menor litigância judicial (durante o ano de 2014 não foi interposta qualquer ação judicial por falhas ou atrasos de pagamentos do Município) e de um aumento do volume de impostos e taxas arrecadadas (1,6%), que serão detalhadamente analisados adiante.

Importa referir, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses-2014, publicado pela OTOC, que Vila Nova de Gaia foi o quinto Município do País com melhor resultado líquido em 2014 (16,3 milhões de euros).

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CUSTOS E PERDAS | 2013 | 2014 | PROVEITOS E GANHOS | 2013 | 2014 |
| Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | 1 487 314,89 | 932 098,85 | Prestações de Serviços | 5 291 341.78 | 5 154 049.96 |
| Fornecimentos de Serviços Externos | 25 988 824,81 | 26 694 071.12 | Impostos e Taxas | 62 089 114.18 | 63 113 595,63 |
| Custos com Pessoal | 33 083 991,85 | 33 827 330,04 | Trabalhos para a Própria Entidade | 0 | 0 |
| Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais | 9 475 213,52 | 6 898 943,80 | Proveitos Suplementares | 7 025 632,76 | 5 437 910,87 |
| Amortizações do Exercício | 14 065 513,17 | 15 007 648,06 | Transferências e Subsídios Obtidos | 32 720 087,01 | 30 190 707,24 |
| Provisões do Exercício | 7 295 891,74 | 0 | Outros Proveitos e Ganhos operacionais | 0 | 0 |
| Outros Custos Operacionais | 394 619,49 | 481 158,17 | Proveitos e Ganhos Financeiros | 487 374,95 | 347 332,38 |
| Custos e Perdas Financeiros | 3 791 198,08 | 6 416 074,51 | Proveitos Extraordinários | 9 474 131,07 | 9 712 398,93 |
| Custos e Perdas Extraordinários | 15 317 369,68 | 7 443 409,77 | | | |
| Resultados Líquido do Exercício | 6 187 744,52 | 16 255 314,69 | | | |
| **Total de Custos e Perdas** | **117087681,75** | **113955955,01** | **Total de Proveitos e Ganhos** | **117087681,75** | **113955955,01** |

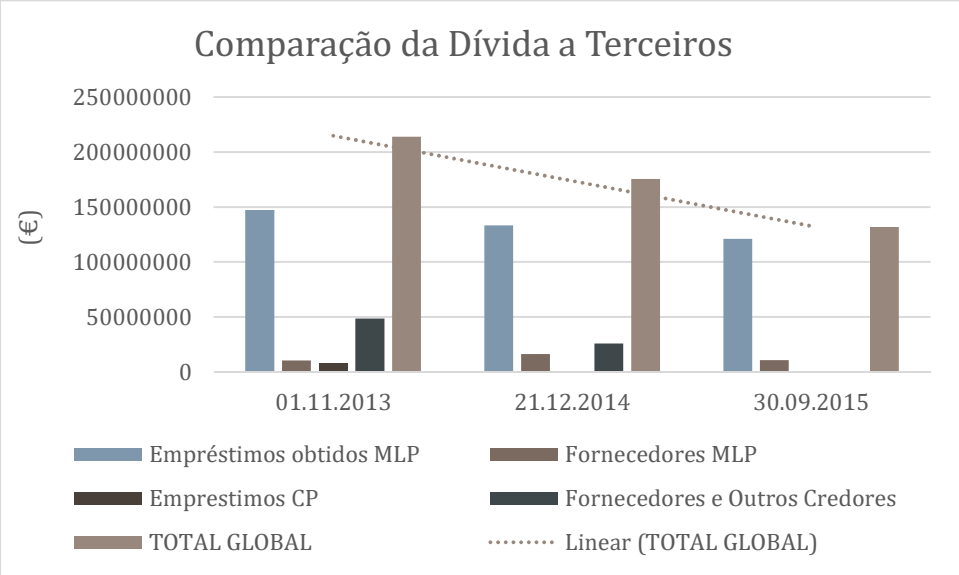
## 2.3. DÍVIDAS A TERCEIROS

A credibilização da Câmara Municipal foi um dos eixos de atuação, reforçando a relação com os parceiros económicos e com os cidadãos. Assim, perspetiva-se, numa base de ganhos para ambas as partes, a criação de sinergias que terão como consequência a redução nos custos de aquisição média unitária, tanto de bens de serviços, como de mercadorias e outros.

Por força de uma diminuição do risco de negócio e mesmo considerando que a maior percentagem de apoio contratualizado através do Programa de Apoio à Economia Local

(PAEL) foi consumida em 2013 (70%), o que por si só acentua o esforço e enfoque gestionário neste particular, foi implementado um programa interno de regularização de dívidas a terceiros, destacando-se a redução de 82.163.946,40 € desde o dia 1 de novembro de 2013 até 30 de setembro de 2015.

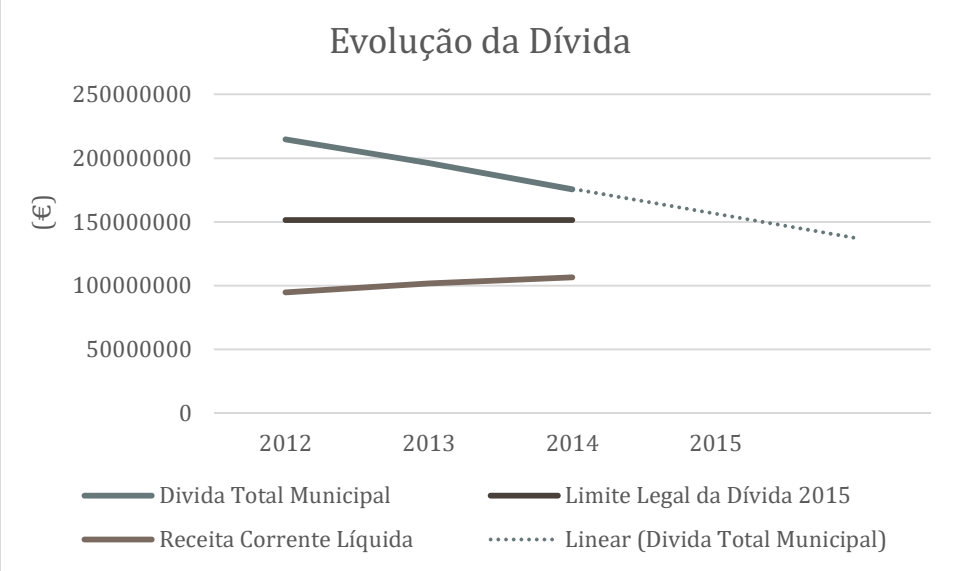
| COMPARAÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO E A CURTO PRAZO | | | |
|---|---|---|---|
| DESCRIÇÃO (MLP) | 01.11.2013 | 21.12.2014 | 30.09.2015 |
| **Empréstimos obtidos MLP** | 147 304 572.23 | 133 445 672.58 | 121 106 607,57 |
| **Fornecedores MLP** | 10 538 016.69 | 16 316 793.57 | 10 758 942,88 |
| **TOTAL** | **157 842 588.92** | **149 762 466.15** | **131 865 613,45** |
| DESCRIÇÃO (CP) | | | |
| **Empréstimos CP** | 7 500 000.00 | 0.00 | 0.00 |
| **Fornecedores e Outros Credores** | 48 686 970.96 | 25 745 506.34 | 0.00 |
| **TOTAL** | **56 186 970.96** | **25 745 506.34** | **0.00** |
| **TOTAL GLOBAL** | **214 029 559.88** | **175 507 972.49** | **131 865 613,45** |



## 2.4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

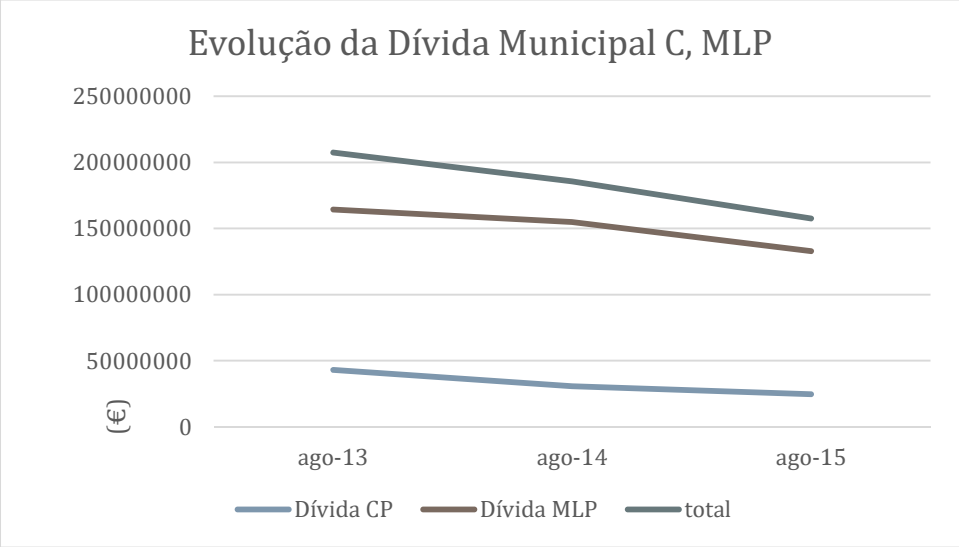
Da análise do comportamento da receita líquida arrecadada, conjugada com a trajetória da dívida total municipal, é expetável que o limite legal da dívida, estabelecido de acordo com o artigo 52º da Lei n.º 73/2015, possa ser atingido até final de 2016, garantindo um regresso à normalidade orçamental e funcional de um Município que, com a dimensão de Vila Nova de Gaia, enquanto terceiro maior concelho do País, importa decisivamente para o desenvolvimento económico, social e financeiro de Portugal.

| EVOLUÇÃO DA DÍVIDA *VERSUS* LIMITE LEGAL DA DÍVIDA | | | |
|---|---|---|---|
| DESCRIÇÃO | 2012 | 2013 | 2014 |
| **Receita Corrente Líquida** | 94 638 384 | 101 747 135 | 106 360 845 |
| **Dívida Total Municipal** | 214 671 360 | 196 208 200 | 175 507 970 |
| **Média da Receita Corrente Líquida** | | | 100 915 455 |
| **Limite Legal da Dívida 2015** | | | **151 373 182,17** |



Avaliando o comportamento da dívida pelo prisma da maturidade é possível verificar, fixando como ponto de comparação o mês de Agosto dos últimos 3 anos, que a trajetória de redução foi aprofundada, relevando o esforço e enfoque inequívoco sobre a natureza de reequilíbrio orçamental encetado.

| MESES | DÍVIDA CP | DÍVIDA MLP | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **Agosto 2013** | 43 152 026,84 | 164 347 491,00 | 207 499 517.84 |
| **Agosto 2014** | 30 779 207,05 | 154 920 865,71 | 185 700 072,76 |
| **Agosto 2015** | 24 714 510,36 | 132 807 250,63 | 157 521 760,99 |



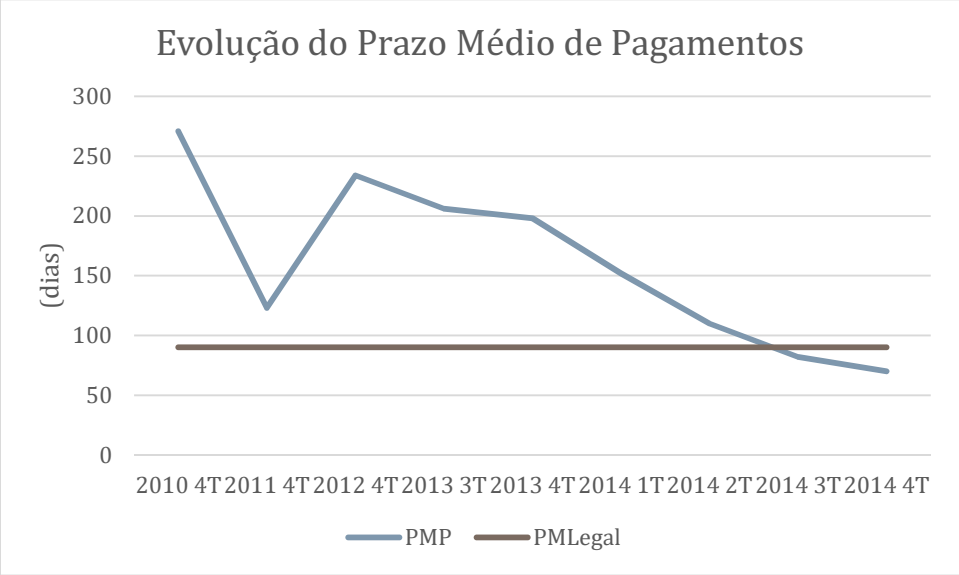

Importa referir a este propósito, dando ênfase ao esforço encetado pelo atual executivo municipal, e de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2014, publicado pela OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas que "*Vila Nova de Gaia embora continue a ser o segundo Município com maior passivo, totalizando em 2014, 178,1 M€, apresentou em 2014 a maior diminuição de passivo exigível ao baixar o valor em 23,2 M€ (-11,5%)*" (pág. 222).

## 2.5. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Para além da demonstração apresentada anteriormente sobre a regularização da dívida aos fornecedores, o Município iniciou a trajetória de redução do prazo médio de pagamentos, sendo de registar essa tendência no último ano e meio. Pela primeira vez, o Município garantiu o cumprimento do prazo médio estabelecido pela lei, condição indispensável à libertação das amarras legais que pendem sobre o Município, como é possível verificar no quadro infra.

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

| | 2010 4T | 2011 4T | 2012 4T | 2013 3T | 2013 4T | 2014 1T | 2014 2T | 2014 3T | 2014 4T |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PMP** | 271 | 123 | 234 | 206 | 198 | 152 | 110 | 82 | 70 |



## IV. DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL

### 1. RECEITAS

As receitas de capital apresentam, em 2014, um decréscimo de cerca de 38,4% em relação ao ano de 2013, resultado da estratégia de consolidação orçamental traçada e do enfoque na valorização do património existente na promoção de ações imateriais em detrimento da política do betão.

Este facto resulta do efeito conjugado de uma diminuição das transferências de capital e, principalmente, do decréscimo na ordem dos 41,5% do recurso ao crédito, sejam empréstimos ou financiamentos de crédito junto de terceiros e que se destinem a investimentos.

RECEITA TOTAL (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2013 | | 2014 | | 09.2015* | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Receita Corrente | 102 781,56 | 73,57 | 107 675,42 | 82,55 | 79 131,59 | 86,9 |
| Receita de Capital | 36 925,94 | 26,43 | 22 760,90 | 17,45 | 11 881,69 | 13.1 |
| **Total** | **139 707,50** | **100** | **130 436,32** | **100** | **91 013,25** | **100** |

* Valores obtidos até setembro de 2015.

Sendo considerável o grau de autonomia financeira, condição garante da independência funcional do Município, importa relevar que as receitas provenientes de impostos diretos correspondem, em Setembro de 2015, a cerca de 57,6% (58,8% a 12/2014) das receitas correntes e 50% (48,5% a 12/2014) da disponibilidade financeira do Município, conforme é possível verificar na tabela de decomposição da receita.

Neste sentido, evidenciando as receitas próprias, um crescimento contínuo, em termos absolutos, nos últimos três anos, constata-se que aquelas constituem 60,8% do total da receita municipal em 2014.

Nesta lógica, apesar da conjuntura económica, financeira e social recessiva que Portugal atravessou, ficam salvaguardadas as perspetivas de estabilidade, no tocante à receita e a correspondente independência financeira do Município.

FUNDOS PRÓPRIOS E ALHEIOS (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2013 | | 2014 | | 09.2015* | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Receitas Próprias | 74 338,74 | 53,21 | 79 234,27 | 60,75 | 63 889,93 | 70.2 |
| Receitas Alheias | 65 368,76 | 46,79 | 51 202,03 | 39,25 | 27 129,32 | 29.8 |
| **Total** | **139 707,50** | **100** | **130 436,30** | **100** | **91 013,25** | **100** |

* Valores obtidos até setembro de 2015.

No entanto, e apesar do indicador referido anteriormente revelar o nível de autonomia financeira atingido atualmente, importa referir igualmente que o valor muito reduzido de receitas alheias decorre do fato do programa "Portugal 2020" tardar em concretizar-se, dificultando a alavancagem financeira para a concretização de diversos projetos de caráter estruturante para o Concelho, para a Região e para o País.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA (MILHARES DE EUROS)

| RECEITAS CORRENTES | | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Descrição | 2013 | 2014 | 09.15* | Descrição | 2013 | 2014 | 09.15* |
| Impostos Diretos | 58 972,67 | 63 303,10 | 45 590,32 | Venda Bens de Investimento | 231,39 | 34,89 | 191,71 |
| Impostos Indiretos | 982,00 | 1 087,12 | 1 071,6 | Transferência de Capital | 10 140,31 | 7 568,61 | 3 426.0 |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 1 329,56 | 1 172,59 | 599,6 | Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos de Propriedade | 6 823,32 | 7 203,29 | 5 403,9 | Passivos Financeiros | 24 647,96 | 14 420,16 | 7 946.71 |
| Transferências Correntes | 30 580,49 | 29 213,26 | 23 703,32 | Outras Receitas de Capital | 1 889,35 | 589,53 | 311,11 |
| Vendas de Bens e Serviços Correntes | 3 889,59 | 5 252,64 | 2 512,78 | Outras Receitas | 16,93 | 147,71 | 6,16 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Outras Receitas Correntes | 203,93 | 443,41 | 250,07 | | | | |
| **Total de Receitas Correntes** | **102 781,56** | **107 675,41** | **79 131,59** | **Total das Receitas Capital** | **36 925,94** | **22 760,90** | **11 881,69** |

* Valores obtidos até Setembro de 2015.

Importa ainda relevar, apesar da redução imposta na taxa de IMI (redução de 8% face ao montante máximo legal) que a rubrica de impostos diretos apresentou em 2014 um crescimento de 7,3% face a 2013.

Analisando a composição da receita, e mediante uma análise comparativa da mesma face aos anos antecedentes (2013 e 2014) poder-se-á perspetivar um resultado final anual positivo para 2015, sem oneração dos impostos diretos, reforçando a expetativa de estabilidade fiscal pretendida pelo Município.

% DE EXECUÇÃO DA RECEITA (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2013 | 2014 | 09.2015* |
|---|---|---|---|
| Receitas Previstas | 198484,78 | 178000 | 155579,946 |
| Receitas Executadas | 139707,50 | 130436,32 | 91013,25 |
| **% de Execução** | **70,39** | **73,28** | **58,50** |

* Valores obtidos até setembro de 2015.

Da análise da tabela anterior verifica-se que o Município tem apresentado, nos últimos anos, um grau crescente de execução da receita anual.

Faltando ainda contabilizar a execução relativa à receita arrecadada no quarto trimestre de 2015, verifica-se, por análise comparativa em períodos homólogos dos anos de 2013 e 2014, ser a evolução crescente, cifrando-se em 19,5% para 2015.

Assim, a importância de uma correta planificação e delineação de prioridades nas ações a desenvolver, bem como uma gestão racional dos recursos do Município, vem balizar a trajetória adotada pelo atual Executivo de rigor no plano orçamental.

## 2. DESPESAS

Como nota introdutória para análise deste capítulo, é de referir que, face a 2013, a despesa total em 2014 apresenta uma redução em termos absolutos de cerca de 6.526 milhares de euros.

Atente-se ainda que, avaliando em pormenor a estrutura da despesa em 2013 e 2014, verifica-se que o peso relativo das despesas correntes cresceu em detrimento da correspondente diminuição das despesas de capital no total da despesa, absorvendo as primeiras cerca de 63,3% do erário municipal. Tal comportamento deveu-se, essencialmente, ao processo de consolidação levado a cabo, à assunção de prioridade às políticas de natureza imaterial e ao processo de internalização de serviços anteriormente exercidos por empresas municipais (Gaianima e Parque Biológico).

DESPESA TOTAL (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2013 | | 2014 | | 09.2015* | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Despesa Corrente | 76551,10 | 55,72 | 82842,12 | 63,31 | 61212,14 | 70.0 |
| Despesa de Capital | 60836,57 | 44,28 | 48019,48 | 36,69 | 26159,13 | 30.0 |
| **Total** | **137387,67** | **100** | **130861,60** | **100** | **87371,28** | **100** |

* Valores obtidos até setembro de 2015.

A assunção de uma política fortemente marcada por medidas de desoneração económica do orçamento dos cidadãos, de fomento de incentivos na criação de emprego e de maior proximidade às populações, mediante a consciencialização de uma mudança de índole social, educacional e cultural, acarreta custos que oneram o orçamento municipal, muito embora com relevantes reflexos positivos, que a médio e longo prazo se concretizarão no impulso da economia e crescimento local, marcando a diferença no seu contributo para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Importa ainda realçar o enfoque no 3.º setor, ao qual corresponde uma orientação programática nas prioridades assumidas, do que é exemplo o programa Gai*@prende+*.

ESTRUTURA GLOBAL DA DESPESA (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2013 | | 2014 | | 09.2015 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Despesas de Funcionamento | 62 927,22 | 45,80 | 70 479,46 | 53,87 | 55 038,94 | 62,99 |
| Serviços da Dívida | 29 140,33 | 21,21 | 30 153,55 | 23,04 | 16 079,05 | 18,41 |
| Investimento Global | 35 808,78 | 26,06 | 21 971,76 | 16,79 | 12 521,31 | 14,33 |
| Outras Despesas | 9 511,34 | 6,92 | 8 238,83 | 6,30 | 3 732,08 | 4,27 |
| **Total** | **137 387,67** | **100** | **130 861,60** | **100** | **87 371,28** | **100** |

Da análise da Estrutura Global da Despesa, desagregada nos moldes do quadro anterior, resulta a importância crescente das despesas de funcionamento, com um peso no total da despesa de 53,87% em 2014 e 62,99 % em setembro de 2015, decorrente das alterações estruturais mencionadas anteriormente, seguida pelos encargos inerentes ao serviço da dívida (juros e amortizações de capital) suportados pelo Município, que perfizeram 30.153 milhares de euros, representando 23,04% da despesa total da Câmara Municipal.

Sendo um aspeto relevante da estratégia municipal de credibilização, os encargos com o serviço da dívida, nomeadamente, as amortizações e os juros, têm vindo a demonstrar no decorrer do período em análise, uma salutar gestão, verificando-se o normal cumprimento da satisfação das obrigações municipais.

SERVIÇO DA DÍVIDA – AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2013 | | 2014 | | 09.2015 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Amortização Anual de Capital | 25008,51 | 85,82 | 25759 | 85,43 | 12785,71 | 79,51 |
| Encargos Financeiros | 4131,82 | 14,18 | 4394,45 | 14,57 | 3293,34 | 20,49 |
| **Total** | **29140,33** | **100** | **30153,55** | **100** | **16079,05** | **100** |

## 3. FLUXOS MONETÁRIOS

Da análise do quadro infra resulta que a disponibilidade constituída pela conjugação do saldo inicial, transitado de 2013, aduzido do saldo resultante da poupança corrente, num montante de 24.833,30 milhares de euros é suficiente para, a par da arrecadação de receita de capital em 22.760,91 milhares de euros, cobrir as despesas de capital num montante global de 48.019,47 milhares de euros, sobejando um saldo positivo final de 1.046,76 milhares de euros.

Efetuando a mesma análise, mas datada a Setembro de 2015, verifica-se que o saldo positivo apresenta uma tendência positiva, fixando-se atualmente nos 4.682,71 milhares de euros, representando tal facto que o processo de reequilíbrio financeiro do Município permitiu a "fuga" ao Fundo de Apoio Municipal.

FLUXOS MONETÁRIOS (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2013 | | | 2014 | | | 09.2015 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Receita | Despesa | Dif. | Receita | Despesa | Dif. | Receita | Despesa | Dif. |
| Saldo inicial | -853,81 | 0,00 | -853,81 | 1466,02 | 0,00 | 1466,02 | 1040,76 | 0.,00 | 1040,76 |
| Corrente | 102781,56 | 76551,10 | 26230,46 | 107675,42 | 82842,12 | 24833,30 | 79131,57 | 61212,14 | 17919,43 |
| Capital | 36925,64 | 60836,57 | -23910,63 | 22760,91 | 48019,47 | -25258,56 | 11875,51 | 26159,13 | -14283,62 |
| **Total** | **138853,69** | **137387,67** | **1466,02** | **131902,35** | **130861,59** | **1040,76** | **91013.24** | **87371,27** | **4682,71** |

## 4. EMPRESAS MUNICIPAIS

### 4.1. ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA

Após um ano de 2013 com resultados fortemente negativos, com a apresentação de um resultado de exercício com 3,8 milhões de Euros de prejuízos, a empresa municipal Águas de Gaia procedeu, durante o ano de 2014, a um plano de restruturação económico-financeira, visando a recuperação da sua sustentabilidade organizacional.

Tendo como objetivo o seu realinhamento ao *core business* original, entre outros aspetos, de natureza financeira e operacional, este plano contemplou a internalização do setor "Parque Biológico" na estrutura da Câmara Municipal.

Esta operação, conjugada com uma abordagem à execução orçamental muito assertiva, permitiu que a situação verificada em 2013 fosse invertida em 2014, tendo a empresa apresentado no final desse ano um resultado positivo de 294.000,00€.

Importa salientar, por tal corresponder ao cumprimento de um projeto de desoneração dos custos com taxas, tarifas e impostos municipais levado a efeito pelo atual Executivo da Câmara Municipal, que este resultado positivo foi conseguido apesar da redução das tarifas praticadas pela empresa (em 2014 a perda de receita pela manutenção da redução praticada em 2013 estima-se que tenha ascendido a mais de 900.000€).

Para melhor desmonstração do atual estado da Empresa apresentam-se os seguintes indicadores:

INDICADORES DE BALANÇO (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|
| **Ativo Total** | 176 052,23 | 164 799,13 | 156 093,46 |
| **Passivo Total** | 93 174,55 | 92 305,58 | 83 086,94 |
| **Capital Próprio** | 82 877,68 | 72 493,55 | 73 006,52 |

Da análise do Balanço da Empresa verifica-se que, em 2014, o passivo total da Empresa sofreu uma redução significativa relativamente a 2013, num montante global de 9,2 milhões de euros.

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|
| **Passivo Exigível** | 65 703,04 | 67 330,31 | 63 440,82 |

Neste particular importa referir que o passivo exigível da Empresa, correspondente a dívidas, foi alvo igualmente de uma redução muito significativa (5,7% de redução em 2014 face a 2013).

INDICADORES DE DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÓMICOS (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|
| **Cash-Flow** | 7 785 | 3 659 | 7 751 |
| **Resultado Operacional** | 3 232 | -690 | 3 108 |
| **Resultado Líquido do Exercício** | 97 | -3 946 | 294 |
| **EBITDA** | 10 919 | 7 915 | 10 565 |
| **ROE** | 0,2% | -5,44 % | 0,4 % |
| **Autonomia Financeira** | 0,47 | 0,44 | 0,47 |
| **Solvabilidade** | 0,89 | 0,79 | 0,88 |

Como os indicadores financeiros demonstram, a Empresa, após ter apresentado em 2013 resultados negativos, com consequências na Autonomia Financeira e na Rentabilidade Financeira, conseguiu recuperar durante o ano de 2014, readquirindo a capacidade de gerar proveitos a partir dos capitais próprios existentes, bem como do próprio ativo total.

Estas condições, tendo em consideração a natureza da empresa e do setor de atuação, são fundamentais para garantir a estabilização da estrutura tarifária, não exigindo um aumento da mesma.

Por outro lado, analisando-se os rácios de caráter financeiro, nomeadamente a Solvabilidade e a Autonomia Financeira, verifica-se haver uma recuperação da estabilidade financeira da empresa.

É de salientar a franca recuperação em 2014, espelhada nos indicadores como o resultado operacional e o EBITDA, ilustrando a *performance* da empresa Águas e Parque

Biológico de Gaia, EEM, SA, no desempenho da sua produtividade e eficiência, assim como da reviravolta no indicador ROE (retorno sobre o património), o qual apresenta novamente em 2014 um percentual positivo de 0,4%, permitindo evidenciar a capacidade de uma empresa agregar valor a si mesma, crescendo por si própria.

### 4.2. GAIURB, EM

Após o processo de fusão por incorporação das Empresas GaiaSocial, EEM e CidadeGaia, SRU, EEM na Gaiurb, a Empresa Municipal tem vindo a desenvolver esforços no sentido da sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro e económico.

A Empresa oscilou com os fortes impactos financeiros da obra de reabilitação de Vila d'Este, cuja componente financeira foi delegada na Gaiurb sem terem sido acauteladas as condições económico-financeiras para o efeito.

Apesar das dificuldades provocadas pelo contexto recessivo nacional e pelas constantes alterações das regras aplicáveis ao Setor Empresarial Local, a Empresa tem demonstrado possuir a resiliência necessária para prosseguir com o cumprimento do seu objeto social.

INDICADORES DE BALANÇO (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | 39 571,25 | 39 692,53 | 40 901,80 |
| **Passivo** | 13 352,69 | 13 176,25 | 13 918,64 |
| **Capital Próprio** | 26 218,56 | 26 516,25 | 26 983,16 |

Da análise do Balanço da Empresa, no período decorrente entre 2012 e 2014, constata-se um crescimento contínuo do seu ativo e do seu capital próprio, refletindo, face a 2013, uma evolução positiva mensurada em 3,05% e 1,76%, respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, embora com um ligeiro decréscimo em 2013, relativamente a 2012, verifica-se um ténue agravamento de 5,64% no ano de 2014, perfazendo o montante de 13.918,85 milhões de euros.

No entanto, o facto de se continuar a verificar uma depreciação no Resultado Operacional, Resultado Líquido do Exercício e EBITDA, resultante em grande medida da assunção de responsabilidade na obra de requalificação de Vila d'Este, obriga a que a gestão da empresa seja mais assertiva e focalizada, pelo menos até se normalizar a estrutura económico-financeira da Empresa e a finalização da obra de requalificação de Vila d'Este.

INDICADORES DE DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÓMICOS (MILHARES DE EUROS)

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---|---|
| **Cash-Flow** | 809,62 | -29,39 | 149,71 |
| **Resultado Operacional** | 705,85 | 43,69 | 39,92 |
| **Resultado Líquido do Exercício** | 646,85 | 123,70 | 28,24 |
| **EBITDA** | 1 045,14 | 382,30 | 321,73 |
| **ROE** | 2,47 % | 0,47 % | 0,1 % |
| **Autonomia Financeira** | 0,66 | 0,67 | 0,66 |
| **Solvabilidade** | 1,9635 | 2,0124 | 1,9386 |

4.3. GAIANIMA, EM (processo de liquidação)

A Empresa Municipal Gaianima foi liquidada em Fevereiro de 2013, ainda no anterior mandato. As razões prenderam-se, desde logo, com a consecutiva manutenção do prejuízo operacional ao longo de 3 anos, violando as determinações legais.

Não importa aqui fazer juízos de valor; mas é certo que a Câmara optou premeditadamente pela liquidação da Gaianima, pois poderia (e deveria) ter assumido a

cobertura dos prejuízos, como acabou por ser obrigada a fazer com a liquidação e a consequente incorporação do passivo na Conta municipal.

É certo ainda que se pode imaginar que a liquidação de uma empresa pode significar a liquidação dos seus problemas, das suas aberrações jurídicas e financeiras e, porventura, das suas consequências.

Não podendo reverter o processo de extinção da empresa, a Câmara Municipal assumiu diversas ações:

- realização de uma Auditoria global à empresa, que veio a evidenciar a sua situação financeira e os seus lastimáveis modelos de gestão (assuntos que extravasam, no atual momento, a esfera de ação municipal);

- internalização dos ativos e dos passivos da empresa (sendo os ativos compostos pelos equipamentos desportivos e culturais, quase todos em deplorável estado de manutenção e de funcionamento);

- internalização do pessoal vinculado, de acordo com a lei e respeitando os procedimentos legais exigíveis (sendo, aliás, uma das razões para o aumento de trabalhadores no quadro de pessoal da Câmara);

- criação de um programa de reabilitação de equipamentos (GaiaReabilita) para uma intervenção de emergência na manutenção dos equipamentos transitados da Gaianima (os pavilhões apresentavam problemas estruturais e de manutenção passíveis de colocar em causa o seu funcionamento, a Biblioteca estava decrépita e sem condições mínimas de funcionamento digno - acesso à internet, fotocopiadoras, humidades comprometedoras, ar condicionado avariado havia anos, sistema elétrico comprometedor, etc.);

- avaliação individualizada das condições de pagamento de compromissos assumidos e não pagos, tendo em conta que muitos deles (cerca de 4 milhões de euros) resultaram de procedimentos ilegais, porque violadores da Lei dos Compromissos (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as modificações que se seguiram).

- assunção de toda a litigância havida e entretanto gerada pela necessidade de clarificar as violações anteriormente referidas.

Para além disso, avançamos com um procedimento para reabilitação do edifício-sede da empresa, que veio a tornar-se a sede da Polícia Municipal (corpo ativo e atendimento ao cidadão).

## 4.4. BALANÇO DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL

O setor empresarial local de Vila Nova de Gaia, atualmente cingido a duas empresas municipais (Gaiurb e Águas de Gaia), apresenta-se complexo, mas promissor.

A internalização da Gaianima encontra-se concluída, as Águas de Gaia passaram a um exercício com contas positivas e encetaram um processo de consolidação de contas e a Gaiurb passa por um processo idêntico, no qual se especifica a progressiva libertação dos enormes constrangimentos financeiros da obra de requalificação da Gaiurb (que nunca deveria ter sido imputado à empresa, mas sim à Câmara) e o reforço do processo de internacionalização e alargamento da prestação de serviços ao exterior.

A estabilização das contas das empresas municipais é um elemento vital para a normalização da situação económica e financeira do Município, não só por razões estritamente técnicas, mas também pela necessidade de preparar as empresas para os desafios do novo quadro comunitário de apoio, numa lógica de prioridade ao investimento inteligente e sustentável.

# V. NOTAS FINANCEIRAS

## 1. DESPESAS DE CAPITAL E DESPESAS CORRENTES

Há uma discussão a fazer nos próximos anos a este respeito. De facto, ao longo dos anos, sustentou-se a valorização das despesas de capital, como elementos atinentes a investimentos e a criação de infraestruturas. Ao mesmo tempo, foi sendo desvalorizada a despesa corrente, assumida como dimensão tendencialmente endémica das contas públicas.

Esta leitura deve ser repensada e rediscutida. É evidente que a despesa corrente está contaminada nas representações sociais, porque aparece muitas vezes confundida com gastos excessivos, despesas supérfluas ou custos com *boys* e com sumptuosidades. É o custo de muitos vícios e exageros cometidos. No entanto, não deve ser esse o modelo. Num país com as infraestruturas principais construídas e estabilizadas, impõe-se garantir o seu correto funcionamento e a sua manutenção. Para o efeito, é necessário um conjunto de intervenções de manutenção e de reabilitação (na maior parte dos casos inscritas nas despesas correntes) a par do pessoal exigível para os serviços aos cidadãos.

Ora, parece evidente que a insistência obsessiva na valorização acrítica das despesas de capital surge como impulso à infraestruturação sem critérios e ao endeusamento da obra por si só. O país e o Município necessitam de investimento, mas de investimento seletivo e inteligente. E necessitam de reforçar despesas correntes, quando isso corresponda à melhoria das condições de manutenção e de prestação dos serviços aos cidadãos.

Por isso, não é rigoroso afirmar que a despesa de capital é sempre bom indicador de boa gestão, nem afirmar que as despesas correntes são indicadores de gastos supérfluos. A exigência que se coloca é diferente e mais crítica: distinguir a "boa" despesa de capital e a "má" despesa de capital; e distinguir a "boa" despesa corrente e a "má" despesa corrente.

Este é o caminho para a avaliação rigorosa e crítica da gestão local e nacional dos recursos públicos. É uma abordagem mais exigente e minuciosa; mas, talvez por isso mesmo, é a única abordagem verdadeiramente virtuosa sobre os modelos de ação política.

## 2. CONTAS

Boas contas! O princípio da transparência na gestão dos recursos é, desde o ato de tomada de posse do atual executivo autárquico, um compromisso constantemente presente na sua atuação. A partilha e a disponibilização de informação, é, atualmente, entendida como uma forma de aprofundar os vínculos que pretendem estabelecer-se com todos os parceiros do Município.

## 3. DÍVIDA

A trajetória da dívida do Município apresenta, desde 2013, uma representação linear descendente, demonstrando objetividade na consolidação orçamental estabelecida para o atual mandato autárquico, apesar do contexto fortemente recessivo.

## 4. PRINCÍPIO DE CONTINUIDADE

Ainda que o princípio da continuidade no âmbito das operações contabilísticas deva nortear a ação de todas as organizações, num ente público, e tendo em consideração a sua natureza, tal princípio deve ser assumido como um dos elementos-chave da gestão. Não escamoteando a existência de demasiados antagonismos na gestão da "coisa" pública, a assunção de responsabilidades pelos atos anteriormente praticados, desde que cumpridos todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, foi, mais do que propalado, cumprido e assumido pelo atual executivo camarário.

## 5. PASSIVOS CONTINGENTES

Tendo ocorrido uma redução das provisões para riscos e encargos no montante de 1.660.000€ (correspondente a 9,84%), importa referir que a Câmara Municipal tem constituído provisões para processos judiciais em curso em percentagem do valor das ações, atuando, independentemente da convicção sobre o resultado dos mesmos, com a precaução exigida de forma a assegurar a resposta adequada ao eventual desenlace dos mesmos.

## VI. RECURSOS HUMANOS

A estratégia de gestão de pessoal foi assumida num duplo compromisso: por um lado, o ponto de partida segundo o qual os trabalhadores da Câmara são um recurso fundamental, enquanto servidores dos cidadãos e atores de proximidade na estratégia de desenvolvimento do Município; em segundo lugar, a necessidade de reorganizar os serviços, repensar as prestações de serviços externas e corrigir excessos.

Foi aprovado um novo organograma da Câmara Municipal, mais contido no número de chefias e mais adequado à realidade social e económica atual. Essa nova estrutura assentou em quatro pilares fundamentais, materializados em quatro direções municipais: direção municipal de administração e finanças, direção municipal de infraestruturas e espaços públicos, direção municipal de urbanismo e ambiente e direção municipal de inclusão social. Alguns Departamentos ficaram na jurisdição direta da Presidência. Foi o caso do Departamento de Pessoal e do Departamento de Assuntos Jurídicos.

Esta nova estrutura foi provida por concursos públicos, abertos no quadro da lei vigente, com júris externos e provas escritas concebidas, administradas e corrigidas pelo CEFA.

A estrutura de pessoal da Câmara Municipal sofreu um aumento de trabalhadores, apesar de não terem sido contratados novos funcionários (nem a lei o permite, uma vez que o Município ainda está em situação de violação do limite legal da dívida). O incremento de trabalhadores ficou exclusivamente a dever-se à incorporação de trabalhadores que já tinham vínculo ao Município, mas através das empresas municipais. De facto, a internalização da Gaianima e do Parque Biológico obrigou a incorporar funcionários no quadro de pessoal da Câmara que estavam no quadro dessas estruturas empresariais.

Também é verdade que foi feito um esforço ao nível da contenção do trabalho extraordinário e foi definida a abertura faseada dos concursos para os cargos de chefia de 2.º e de 3.º graus. Suplementarmente, houve um volume relevante de aposentações (fruto da estrutura mais envelhecida do pessoal da Câmara, desde logo, em comparação com as

empresas municipais), o que ajudou a cumprir os rácios definidos pelos últimos Orçamentos de Estado para a redução de pessoal.

Já no que respeita às Empresas Municipais, a intervenção mostrou-se muito mais difícil. A estrutura demográfica das empresas é muito mais jovem do que a estrutura da Câmara, o que impede um número significativo de aposentações. Por outro lado, algumas alterações significativas contribuem para a obsolescência de alguns serviços e, logo, de algum pessoal: a criação das Águas do Norte, com a consequente assunção de responsabilidades técnicas e logísticas; a retração do mercado imobiliário para níveis ínfimos e dificilmente recuperáveis, penalizando parte dos serviços da Gaiurb; a dificuldade de penetrar em outros mercados internos e externos, fruto de fatores exógenos (crise nas finanças municipais, o que dificulta a contratualização de serviços de outros municípios com a Gaiurb, crise e instabilidade em países potencialmente parceiros das ações da Gaiurb – Angola, Brasil, Moçambique, entre outros – retirando potencial de negócios e de arrecadação de receita), os excessos de contratações políticas ocorridas no passado e que as empresas não conseguiram diluir nas suas missões, entre outros fatores.

Foi feito um esforço por parte das novas Administrações das empresas municipais no sentido de reestruturar as empresas sem penalizar vínculos laborais, reorganizando a estrutura funcional e criando novos serviços. Esse trabalho visou, em primeiro lugar, criar sustentabilidade nas empresas, mas também visou garantir que não haveria lugar a processos de saídas motivadas por razões políticas. Mas também é justo dizer que esse trabalho revelou-se parcialmente infrutífero, quer por efeito de vícios acumulados e indisponibilidades humorais, quer por efeito do pesado ponto de partida nessa redefinição.

As exigências de um eventual Programa de Saneamento Financeiro podem levar a ajustamentos inevitáveis, que justifiquem ir mais longe na metodologia adotada. Mas, como até ao momento, o princípio será sempre o da valorização das pessoas e dos trabalhadores que façam falta na estrutura e que se empenhem no serviço aos cidadãos.

Em termos estritamente descritivos, verificou-se a seguinte evolução da estrutura de pessoal municipal, em termos relativos (comparação 2013-2015) e em termos absolutos.

1. CÂMARA MUNICIPAL DE GAIA

ANÁLISE COMPARATIVA DA QUANTIDADE DE PESSOAL AFETO À CMG

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 30 DE SETEMBRO DE 2015

TENDO EM CONTA O TIPO DE VÍNCULO

(Trabalhadores ativos na Câmara nas datas de referência)

| **Vínculo contratual Setembro 2013** | | **Vínculo contratual Setembro 2015** | |
|---|---|---|---|
| Funcionários da CMG com contrato de trabalho sem termo | **1315** | Funcionários da CMG com contrato de trabalho sem termo | **1393** |
| Funcionários da CMG com contrato de trabalho a termo certo | **305** | Funcionários da CMG com contrato de trabalho a termo certo **a)** | **0** |
| Funcionários em acordo de cedência de interesse público e comissão de serviço | **221** | Funcionários em acordo de cedência de interesse público | **139** |
| Prestadores de Serviços | **6** | Prestadores de Serviços | **2** |
| **Total** | **1847** | | **1534** |
| **REDUÇÃO DE FUNCIONÁRIOS** | **313** | | |

**a)** Só em Outubro de 2015 é que deram entrada 337 AEC's

**ENTRADAS E SAÍDAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 A 30 DE SETEMBRO DE 2015**

| **Entradas Setembro 2013 a Setembro 2015** | | **Saídas de Setembro 2013 a Setembro 2015** | |
|---|---|---|---|
| 2013 (após 30 Setembro) | **68** | 2013 (após 30 Setembro) | **65** |
| 2014 | **529** | 2014 | **536** |
| 2015 (até 30 Setembro) | **216** | 2015 (até 30 Setembro) | **521** |
| Totais | **813** | | **1122** |

**Nota**: em Outubro de 2015 foram inseridos **337** AEC's para o ano letivo 2015/2016.

## 2. GAIURB

ANÁLISE COMPARATIVA DA QUANTIDADE DE PESSOAL AFETO À GAIURB EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 30 DE SETEMBRO DE 2015

TENDO EM CONTA O TIPO DE VÍNCULO

(Trabalhadores ativos na empresa nas datas de referência)

| **Vínculo contratual Setembro 2013** | | **Vínculo contratual Setembro 2015** | |
|---|---|---|---|
| Funcionários da Gaiurb com contrato de trabalho sem termo | **182** | Funcionários da Gaiurb com contrato de trabalho sem termo | **185** |
| Funcionários da Gaiurb com contrato de trabalho a termo certo | **11** | Funcionários da Gaiurb com contrato de trabalho a termo certo | **9** |
| Funcionários em acordo de cedência de interesse público e comissão de serviço | **38** | Funcionários em acordo de cedência de interesse público | **32** |
| Prestadores de Serviços | **1** | Prestadores de Serviços | **3** |
| **Total** | **235** | | **232** |
| **REDUÇÃO DE FUNCIONÁRIOS** | **3** | | |

Nota: Entre Setembro de 2013 e Setembro de 2015 não ocorreu nenhuma integração de trabalhador com contrato a termo nos quadros da empresa.

**ENTRADAS E SAÍDAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 A 30 DE SETEMBRO DE 2015**

| **Entradas Setembro 2013 a Setembro 2015** | | **Saídas de Setembro 2013 a Setembro 2015** | |
|---|---|---|---|
| 2013 (após 30 Setembro) | **6** | 2013(após 30 Setembro) | **4** |
| 2014 | **3** | 2014 | **15** |
| 2015(até 30 Setembro) | **12** | 2015(até 30 Setembro) | **7** |
| Totais | **21** | | **26** |

## 3. ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA

ANÁLISE COMPARATIVA DA QUANTIDADE DE PESSOAL AFETO À AGPB

EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 30 DE SETEMBRO DE 2015

TENDO EM CONTA O TIPO DE VÍNCULO

(Trabalhadores ativos na empresa nas datas de referência)

| **Vínculo contratual Setembro 2013** | | **Vínculo contratual Setembro 2015** | |
|---|---|---|---|
| Funcionários da AGPB com contrato de trabalho sem termo | **252** | Funcionários da AGPB com contrato de trabalho sem termo | **124** |
| Funcionários da AGPB com contrato de trabalho a termo certo | **0** | Funcionários da AGPB com contrato de trabalho a termo certo | **21** |
| Funcionários em acordo de cedência de interesse público e comissão de serviço | **192** | Funcionários em acordo de cedência de interesse público | **165** |
| Prestadores de Serviços | **8** | Prestadores de Serviços | **7** |
| **Total** | **452** | | **317** |
| **REDUÇÃO DE FUNCIONÁRIOS** | **135** | | |

**ENTRADAS E SAÍDAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2013 A 30 DE SETEMBRO DE 2015**

| **Entradas Setembro 2013 a Setembro 2015** | | **Saídas de Setembro 2013 a Setembro 2015** | |
|---|---|---|---|
| 2013 (após 30 Setembro) | **13** | 2013(após 30 Setembro) | **7** |
| 2014 | **30** | 2014 | **38** |
| 2015(até 30 Setembro) | **27** | 2015(até 30 Setembro) | **159** |
| Totais | **70** | | **204** |

# VII. OUTROS ASPETOS RELEVANTES

## 1. ESTRATÉGIA

Como salientado na introdução do presente relatório, o processo de reestruturação financeira implementada no atual mandato autárquico não impediu o Município de iniciar uma política de desoneração da "fiscalidade" municipal, contrariando a abordagem clássica. Esta abordagem teve em 2014 teve um impacto na receita da Câmara de menos 3,7 milhões de euros (valor projetado caso a taxa de IMI tivesse sido fixada no máximo) e no âmbito da empresa municipal Águas de Gaia, por força da redução na tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos, na fatura da água de menos 820.000,00€ (redução de 6,5% na componente RSU), projetou para as partes interessadas o modelo de gestão que a Câmara Municipal pretende implementar. A transformação do concelho num espaço mais competitivo para as famílias e empresas e mais eficiente na gestão dos seus recursos teve como consequência, conforme foi mencionado anteriormente, e fazendo referência ao estudo desenvolvido pela Bloom Consulting "*City Brand Ranking*", que Vila Nova de Gaia tenha protagonizado a maior subida desse *ranking*, passando do 34.º lugar para o top 20.

## 2. CONTINGÊNCIAS

As contingências são entendidas como elementos condicionadores da ação municipal, por representarem compromissos duradouros, cujos réditos foram maioritariamente recebidos na outorga dos contratos.

### 2.1. FUNDO IMOBILIÁRIO

É o caso do Fundo Imobiliário Fechado, gerido pela Caixa Geral de Depósitos, criado em 19 de Dezembro de 2008 e com um período de 10 anos, prorrogável por períodos subsequentes de 5 anos, que corresponde a uma venda de património municipal ao Fundo, numa lógica de "lease-back", recebendo a Câmara o resultado desse processo no momento da constituição do Fundo e pagando rendas mensais pela utilização dos equipamentos.

Deste Fundo, a Câmara recebeu em dezembro de 2008 o montante de 9.607.477,00€, recebeu em Abril de 2009 o montante de 5.000.000,00€ e recebeu em Julho de 2009 o montante de 2.763.133,00€.

Atualmente, a Câmara paga as seguintes rendas mensais por utilização dos equipamentos municipais (o que teria que fazer, por imposição contratual, mesmo que deixasse de usar):

| | RENDA MENSAL | EQUIPAMENTO |
|---|---|---|
| FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO GAIA DOURO | **18.748,28 €** | PARQUE DE CAMPISMO DA MADALENA |
| FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO GAIA DOURO | **12.964,41 €** | PARQUE DA AGUDA |
| FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO GAIA DOURO | **54.018,34 €** | QUARTEL DOS BOMBEIROS SAPADORES |
| FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO GAIA DOURO | **46.455,78 €** | OFICINAS GERAIS |
| FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO GAIA DOURO | **25.928,81 €** | RUA CAPITÃO LEITÃO (EX-SEDE DA GAIASOCIAL) |

## 2.2. CONCESSÃO DE ESTACIONAMENTO

Este contrato enquadra a exploração de lugares de estacionamento durante 20 anos. A duração do contrato dificulta a adaptação das rendas a novas dinâmicas urbanas, de mobilidade e de estacionamento.

## 2.3. SUMA

O contrato de limpeza urbana outorgado entre a Câmara Municipal de Gaia e a SUMA durava até 2016. Por negociação, a Câmara assumiu duas estratégias distintas, mas complementares nos seus objetivos finais: por um lado, transferiu a jurisdição deste contrato da Câmara para as Águas de Gaia; por outro, formalizou a extensão do contrato em vigor

por mais 10 anos, assumindo as Águas de Gaia a responsabilidade pelo contrato e pelo seu pagamento.

Este contrato foi assumido por um período elevado de tempo, antes mesmo de ter findando (contrato renegociado em 2012, quando terminava em 2016, tendo sido estendido nesse ano de 2012 até ao ano de 2026).

A contingência aqui inscrita prende-se, entre outras, com o potencial desajustamento dos preços praticados pelo contrato (e vigentes até 2026) face aos valores de mercado. Alguns exemplos de concursos públicos recentemente lançados mostram que os valores de mercado são atualmente já bem inferiores aos valores praticados no âmbito do contrato, o que tende a reforçar-se ao longo dos anos.

Independentemente das estratégias de renegociação que possam existir, com benefícios para a fatura municipal, importa daqui retirar ensinamentos claros quanto a processos transparentes e que acautelem prospectivamente os interesses públicos.

### 2.4. PROVISÕES JUDICIAIS

As provisões judiciais correspondem a operações contabilísticas que inscrevem o potencial de condenações judiciais. O elevado índice de litigância judicial outrora existente tem vindo a ser reduzido por negociação extrajudicial, com benefícios diversos para o Município: redução de juros, estabelecimento de planos de planos de pagamento, exclusão de *factoring* com custos para o Município como estratégia de pagamento, entre outros.

Estas contingências inscrevem-se em dois domínios: por um lado, o domínio estritamente contabilístico; por outro lado, a antecipação de custos efetivos resultantes do processo de litigância judicial (condenações expectáveis, como ocorreu com o processo da VL9, CIMPOR, ACA, entre muitos outros).

Sublinha-se o impacto de alguns dos processos referidos:

- Processo VL9: condenação indemnizatória resultante da ocupação de parcelas privadas para a construção da VL9 (ligação entre a Ponte Infante D. Henrique e a EN222), sem cumprimento das contrapartidas assinadas no contrato-promessa de permuta, que previa a obrigação do Município infraestruturar os terrenos adjacentes à VL9 ou, em

contrapartida, pagar 10 mil euros por dia de indemnização (não há erro de escrita…). Ora, esse contrato assinado em 2002 não foi cumprido: não foram infraestruturados os terrenos adjacentes à VL9 nem foi paga qualquer indemnização. A empresa lesada, José Miguel & Irmão, entrou em processo de insolvência (foram lesados cerca de 200 postos de trabalho), e avançou para tribunal para ser ressarcida dos danos sofridos.

Por decisão irrecorrível de Outubro de 2015 (mais de 10 anos depois do início da litigância, o Município foi condenado nos seguintes termos:

a) A pagar aos exequentes a quantia de 9.076.925,00€, atualizada de acordo com os índices anuais de preços no consumidor, publicados pelo INE, referentes aos anos de 2003 a 2006, valor esse acrescido dos juros de mora (civis), à taxa legal, desde a citação e até integral pagamento;

b) A reconhecer o direito de construção nos terrenos dos exequentes, designados por "área urbanizável", numa área de 81.269 $m^2$, tendo em conta as condicionantes definidas, isto é, os projetos respeitem o PDM de Vila Nova de Gaia e a solução urbanística preconizada seja aquela que consta no plano de urbanização da área envolvente da VL9, em elaboração à data do contrato.

Este processo obriga o Município a recorrer a um Programa de Saneamento Financeiro, de forma a garantir as verbas avultadas necessárias ao cumprimento da sentença judicial.

- Processo CIMPOR: trata-se de um processo gerado pela colocação unilateral de um sinal de trânsito que inibia o acesso aos silos localizados nas Devesas, dificultando a operação industrial durante parte da semana. É ainda possível e desejável um acordo entre as partes.

- Processo ACA/Parque da Cidade: processo de pagamento das obras da última fase do Parque da Cidade (Parque da Lavandeira), cujo pedido indemnizatório ascende a mais do dobro do valor da obra, entretanto inaugurada há 8 anos. É totalmente possível e desejável um acordo entre as partes, a ser inscrito no Programa de Saneamento Financeiro do Município.

Estes são alguns dos processos judiciais (os mais significativos), que dificultam a ambição do investimento municipal, de forma a conter as eventuais consequências de valores indemnizatórios que destruam o caminho de estabilização das contas municipais, atorando o Município para as malhas do Fundo de Apoio Municipal, com todas as suas consequências.

## 3. REALIZAÇÕES

Outra das vertentes da estratégia municipal consistiu no enfoque atribuído à reabilitação funcional e estrutural de ativos que apresentavam elevado estado de degradação, logo em diminuição objetiva da sua operacionalidade.

Neste domínio, e apesar dos constrangimentos financeiros existentes, importa salientar, tendo como preocupação a sua reprodutibilidade nos fatores de crescimento e desenvolvimento sustentável do concelho, o facto de Vila Nova de Gaia ter sido em 2014, de acordo com o anuário Financeiro dos Municípios Portugueses elaborado pela OTOC, o 4.º Município com maior volume de investimentos e o 3.º que apresenta maior soma de Valor de Investimentos contabilizando as transferências de capital.

Vila Nova de Gaia foi, também de acordo com o documento anterior, o Município com a melhor execução financeira, no que respeita à redução do passivo.

Mas é igualmente verdade que o Município de Gaia apresenta dos melhores resultados em termos de investimento global, investimento de capital e transferências de capital. Isso mostra que não foi pela redução do investimento que controlamos o passivo, mas pela alteração do paradigma da gestão.

Este mandato tem 4 anos. Começou provavelmente no pior cenário vivido pelo Município e pelo poder local depois do 25 de Abril. Pode ser analisado pelos resultados de um tempo escasso, mas demonstrativo. Quer seguir-se a linha de continuidade evidenciada nas opções plurianuais, que se consolidam a cada ano com opções concretas e estratégias transparentes.

De entre os vários objetivos, assumimos prioridades muito claras, nomeadamente na negociação com o Estado central: o Hospital de Gaia, o alargamento da linha do Metro, a infraestruturação conexa ao alargamento da A1, entre outros.

O Hospital de Gaia é um investimento estratégico. O abandono que o assolou durante anos (no meio de promessas incumpridas e de compromissos ignorados) hipotecou o seu desenvolvimento e a sua afirmação no exterior. A situação só não se tornou irremediável devido ao trabalho de excelência do corpo clínico e auxiliar, que foram criando serviços de excelência, apesar da progressiva degradação infraestrutural que estava em curso. Aliás, este abandono foi servindo os interesses de muitos atores sociais que pretendem ver o Hospital desqualificado no quadro da oferta de serviços médicos e de investigação na Área Metropolitana do Porto.

Um conjunto de compromissos rápidos e empenhados foram decisivos para que a obra arrancasse, numa lógica de etapas e de financiamentos faseados, que importa reforçar. O início da obra deu-se pelo novo serviço de Ambulatório e desenvolve-se atualmente por todas as demais infraestruturas.

O Metro vive o equívoco dos burocratas centralistas; sendo uma infraestrutura decisivamente relevante para a Área Metropolitana, cumprindo os requisitos da mobilidade eco-eficiente e da intermodalidade, reforçando a qualidade de vida dos cidadãos e marcando melhores lógicas de pendularidades intra-metropolitanas, o Metro foi excluído dos investimentos estratégicos do país com financiamento comunitário. Este disparate histórico tem que ser reavaliado no momento da reprogramação do Portugal 2020, sob pena de ter sido cometido um erro irreparável para todos.

O alargamento da A1, entre Grijó e Santo Ovídeo, com um custo de mais de 40 milhões de euros foi adjudicado ainda no final do mandato anterior. Apenas a incompetência municipal de então justifica que o Município tenha deixado passar esse momento sem qualquer intervenção que integrasse a obra no território, cerzindo o território e resolvendo a barreira histórica que a A1 sempre significou para o concelho.

Logo após o início do mandato lançamo-nos num trabalho junto das entidades envolvidas (nomeadamente a Estradas de Portugal, EP e a Brisa) no sentido de promover duas intervenções estratégicas: a rotunda dos Carvalhos e a dupla rotunda de Santo Ovídeo. São obras decisivas para resolver os impactos da A1 nas acessibilidades locais e na ligação da malha territorial outrora dividida pela autoestrada. Foi possível, com denodo e competência técnica, alterar os projetos e o investimento previsto e construir estas novas ligações. A não ser feito, estaríamos perante um erro histórico que marcaria negativamente o concelho e, em particular, algumas freguesias (Mafamude, Vilar do Paraíso, Canelas, Vilar de Andorinho, Madalena, Pedroso, etc.) para as próximas décadas.

Para além disto e não se pretendendo ser exaustivo, são elencadas de seguida alguma das realizações levadas a cabo durante os últimos 24 meses (concretizações e projetos):

- Academia e do Cluster de Indústrias Criativas – RTP - Centro de Produção do Norte
- Adesão à Associação Caminhos de Fátima
- Adesão à Associação Casa da Arquitetura
- Adesão à Associação Frente Atlântica
- Adro da Igreja de Canidelo
- Alargamento da A1
- Alargamento da bilhética Andante (transporte público)
- Alargamento do Cemitério da Madalena
- Alargamento do Cemitério de Vilar do Paraíso
- Alargamento e requalificação de Parques Industriais
- Apoio à construção da Creche da CERCI
- Apoio à construção da Piscina de Ondas (*wavegarden - surf park*)
- Apoio à construção do CAO da APPACDM - Dr. Mário Dias
- Aquisição da nova Viatura Urbana de Combate a Incêndios
- Aquisição de novas viaturas de transporte de alunos com NEE
- Aquisição de um novo Autocarro
- Aterro de Sermonde – encerramento progressivo

- Atribuição gratuita de livros escolares (1.º, 2.º e 3.º ciclos)
- Bandas Filarmónicas - Apoio à formação de músicos
- Bandeiras azuis e "Praia Acessível - Praia para Todos“
- Campo de Jogos do FC Canelas
- Campo de Jogos do FC Lever
- Campo de Jogos do FC Pedroso
- Campo de Jogos do Valadares-Gaia
- Capela de Afurada (Arq. Siza Vieira)
- Casa Mortuária de Grijó
- Casa Mortuária de Perosinho
- Casa Mortuária de Seixezelo
- Centro Animal (PATA)
- Centro Cultural e de Congressos
- Centro de Dia do Centro Social de Crestuma
- Centro de Formação Profissional de Gaia (protocolo assinado)
- Centro de Saúde da Madalena (em abertura de concurso)
- Centro de Saúde de Vilar de Andorinho (em concurso)
- Centro Escolar Fernando Guedes (Avintes)
- Complexo Desportivo de São Félix da Marinha
- Complexo Desportivo do Clube de Futebol de Oliveira do Douro
- Construção da Esquadra de Canidelo (PSP)
- Construção da Esquadra de Valadares (PSP)
- Construção da ETAR do Areinho (Oliveira do Douro)
- Construção da Loja Interativa de Turismo
- Construção da Piscina Aurora Cunha (Pedroso)
- Construção do Centro de Alto Rendimento
- Construção do elevador na Câmara de Gaia – acesso ao 1.º piso
- Construção do Mercado de Afurada

- Construção do Pavilhão das Pedras (Mafamude)
- Construção do Pavilhão de Avintes
- Construção do Polidesportivo de Seixezelo
- Construção do Quartel Bombeiros dos Carvalhos
- Construção do Viaduto da Misericórdia
- Contratualização para a requalificação da Escola EB 2/3 de Valadares
- Contratualização para a requalificação da Escola EB 2/3 Sophia de Melo Breyner
- Contratualização para a requalificação da Escola EB 2/3 Teixeira Lopes
- Criação da I Bienal de Arte de Gaia
- Criação de um Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)
- Criação do Atendimento integrado (Educação e Ação Social)
- Criação do Atendimento integrado municipal (AGIL)
- Criação do Cartão do Comerciante
- Criação do Cartão do Professor
- Criação do Observatório de Gaia
- Criação do Orçamento Participativo
- Criação do Parque de Lazer e Desporto de Santa Luzia
- Criação do Parque de Lazer e Desporto de Sermonde
- Criação do programa "Cantinho do Estudo"
- Criação do programa "Gaia-Capacitação e Emprego" - sistema de incentivos ao emprego e às empresas
- Criação do Roteiro do Património de Gaia
- Criação dos Julgados de Paz de Gaia
- Criação/definição das ARU
- Encostas do Douro- requalificação das margens
- Espaços do Cidadão
- Fundo de emergência social
- Habitações para vítimas de violência doméstica

- Iluminação da Afurada (zona dos Aprestos)
- Iluminação pública eco-eficiente
- Instalação do *Hub* de Indústrias criativas - *We came from space*
- Juntas de Freguesia – Acordos de execução (3 milhões/ano)
- Novo relvado sintético Coimbrões
- Novo relvado sintético do Candal
- Novo relvado sintético dos Dragões Sandinenses
- Parque lúdico e desportivo de Santa Luzia
- Programa Gai@prende+ (i) – alunos com NEE
- Programa Gai@prende+ (JI e 1.º Ciclo)
- Programa GaiaReabilita (espaço público e equipamentos)
- Programa Verde de Qualidade – requalificação de espaços verdes e zonas arbóreas
- Proposta de criação do Portinho da Aguda
- Reabertura da Cerâmica de Valadares
- Reabilitação de passadeiras e sinalização de via pública
- Reconstrução da orla marítima
- Reformulação da iluminação pública (orla marítima)
- Requalificação ambiental da Ribeira de Atiães
- Requalificação ambiental da Ribeira de Valverde
- Requalificação da Beira-Rio
- Requalificação da Biblioteca Municipal
- Requalificação da Cantina dos Funcionários
- Requalificação da Capela de Arnelas
- Requalificação do Pavilhão Gulpilhares
- Requalificação da Escarpa da Serra do Pilar
- Requalificação da Escola de Música de Perosinho
- Requalificação da Feira dos Carvalhos
- Requalificação da Igreja Coimbrões

- Requalificação da Igreja de Gulpilhares
- Requalificação da Marginal de Lavadores
- Requalificação da Piscina da Granja
- Requalificação da Piscina Maravedi
- Requalificação da Sede da Banda Filarmónica de Crestuma
- Requalificação da Senhora da Saúde
- Requalificação de Vila d'Este – 2.ª fase
- Requalificação do Areinho de Avintes
- Requalificação do Areinho de Oliveira do Douro
- Requalificação do Auditório Municipal
- Requalificação do Hospital de Gaia
- Requalificação do Jardim do Morro
- Requalificação do Largo de Santa Isabel
- Requalificação do Largo Luiz I
- Requalificação do Mercado da Beira-Rio
- Requalificação do Quartel de Bombeiros Sapadores
- Requalificação do tabuleiro inferior da Ponte Luiz I
- Rotunda de Santo Ovídio (nó da A1)
- Rotunda dos Carvalhos (nó da A1)
- Sede da Junta de Freguesia de Canelas
- Sede da Polícia Municipal de Gaia
- Semaforização eco-eficiente
- Terrenos Inovagaia – contratos de localização de novas empresas
- Via alternativa ao pórtico de Gulpilhares
- Vigilância das praias fluviais
- Entre muitos outros.

Ainda no domínio das concretizações ao nível das infraestruturas e equipamentos, importa salientar, tendo em consideração o impacto que tais acontecimentos tiveram no concelho e nos munícipes gaienses, o facto do atual executivo ter desbloqueado um conjunto muito significativo de obras que se apresentavam, em Setembro de 2013, suspensas por motivos diversos.

| OBRA | ATÉ 01.10.2013 | APÓS 01.10.2013 |
|---|---|---|
| Construção Piscina Municipal da Paradela | 222 595,50 | 1 309 053,63 |
| Conceção e construção da ligação da Via Rosa Mota à Rua General Torres e Requalificação da Rua General Torres | 106 796,24 | 1 345 547,69 |
| Construção do Centro Escolar Fernando Guedes - Avintes | 654 033,94 | 3 587 826,82 |
| Construção do Passadiço para Ligação Ciclo Pedonal entre o Cais de Quebrantões e o Areinho de Oliveira do Douro | 686 233,08 | 358 762,02 |
| Construção do Pavilhão Municipal das Pedras | 575 783,62 | 696 011,05 |
| Valorização e Reordenamento do Espaço Público no Litoral de Gaia | 1 715 331,65 | 960 746,60 |
| Construção da Via Panorâmica e Requalificação da VL8 | 1 609 541,36 | 876 821,87 |

Importa também sistematizar algumas das principais ações levadas a cabo por esta gestão municipal, quer por aquilo que valem em termos isolados (para as pessoas, para as instituições e para os territórios), quer por aquilo que significam enquanto parte de um modelo de intervenção. Muitas destas intervenções resultam da combinação de necessidades (há vários anos) urgentes, conciliadas com a resposta a solicitações institucionais que nos parecem adequadas e que respondem ao desafio da reabilitação e do Investimento Inteligente.

## 3.1. VIAS E ESPAÇO PÚBLICO - OBRAS POR EMPREITADA

| DESIGNAÇÃO | | FREGUESIA | CARATERÍSTICAS DE INTERVENÇÃO |
|---|---|---|---|
| Realização coerciva das obras de urbanização em falta no empreendimento habitacional sito na Rua do Talho, instalação de infraestruturas e regularização do pavimento | | Madalena | Conclusão das infraestruturas e passeios, pavimentação da faixa de rodagem a betão betuminoso e ajardinamento de espaços verdes |
| Beneficiação de arruamentos em Arcozelo e Serzedo/Perosinho | Rua das Agrieiras | Arcozelo | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Rua Vitorino Nemésio | Arcozelo | |
| | Rua Lameiro Novo | Arcozelo | |
| | Travessa de Enxomil | Arcozelo | |
| | Rua do Agro | Serzedo | |
| | Rua Nossa Senhora das Dores | Serzedo | |
| Beneficiação de arruamentos em várias Freguesias - FASE 2 | Rua Fonte dos Casados | Pedroso | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Rua da Seada e Rua de Entre-Campos | Pedroso | |
| | Rua Rio da Costa (Junto à Rua de Codeçais) | Pedroso | |
| | Travessa da Rua Nova da Raposa - betuminoso | Pedroso | |
| | Travessa da Seada | Pedroso | |
| Beneficiação de arruamentos da Zona Urbana do Concelho | Rua Senhora dos Prazeres (parcial, parte habitacional) | Avintes | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Travessa Conselheiro Veloso da Cruz | Santa Marinha | |
| | Rua Alexandre Herculano | Oliveira do Douro | |
| | Rua Capitão Salgueiro Maia | Vilar de Andorinho | |
| | Alameda Eça de Queiroz | Canelas | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Alameda Dr. Francisco Barbosa da Costa | Canelas | |
| Beneficiação de arruamentos em várias Freguesias - FASE 1 | Travessa da Aldeia | Arcozelo | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Rua dos Gaiatos | Arcozelo | |
| | Rua do Paniceiro | Canidelo | |
| | Rua da Mesura e Travessa da Mesura | S. Félix da Marinha | |
| | Rua da Bela (EN 1-15) | S. Félix da Marinha | |
| Const. Passadiço Ciclo-Pedonal entre o Cais de Quebrantões e o Areinho de Oliveira do Douro | | Oliveira do Douro | Requalificação da Marginal e do Areinho de Oliveira do Douro e construção de passadiço ciclo-pedonal entre o Cais de Quebrantões e o Areinho de Oliveira do Douro |
| Beneficiação de arruamentos em várias Freguesias - FASE 3 | Rua Nova S. Martinho | Olival | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Rua do Príncipe | Olival | |
| | Rua Arrobinha | Olival | |
| | Rua do Estudante | Olival | |
| | Rua das Portelas | Sandim | |
| Construção de muro de gabiões na Rua Sr. dos Aflitos | | Afurada | Construção de muro de suporte, passeio e pavimentação da faixa de rodagem em cubos de granito |
| Beneficiação de arruamentos da Zona Interior do Concelho | Rua das Casas Queimadas (junto ao acampamento) | Grijó | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Rua Calçada da Rainha | Grijó | |
| | Alameda Dr. Oliveira Salazar | Olival | |
| | Rua dos Salgueirais | Olival | |
| Beneficiação da Rua Póvoa de Cima | | Grijó | Beneficiação do pavimento da faixa de rodagem a betão betuminoso |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Beneficiação de arruamentos da Orla Marítima do Concelho - Zona Norte | Rua das Zamboeiras/Caminho das Zamboeiras | Canidelo | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Rua Nova do Espinheiro (junto ao campo do S. Clube Canidelo) | Canidelo | |
| | Rua da Pedra Torta | Canidelo | |
| | Trav. do Rodelo/Rua do Rodelo/Rua do Telhal | Canidelo | |
| | Rua de Entre Muros | Canidelo | |
| Beneficiação de arruamentos da Orla Marítima do Concelho - Zona Sul | Rua Tapada da Marinha | Madalena | Beneficiação dos pavimentos das faixas de rodagem a betão betuminoso |
| | Rua do Loureiro | Madalena | |
| | Rua das Flores | S. Félix da Marinha | |
| | Rua da Quinta do Bispo | S. Félix da Marinha | |
| | Rua Centro Recreativo e Cultural de S. Félix da Marinha | S. Félix da Marinha | |
| Beneficiação do Pavimento da Rua da Boa Nova | | Valadares | Beneficiação do pavimento da faixa de rodagem a betão betuminoso |
| Const. arruamento que liga R. Feiteira à R. Boavista, no âmbito do loteamento municipal | | Grijó | Construção de novo arruamento |
| Const. da ligação da Via Rosa Mota à Rua General Torres e requalificação da Rua General Torres | | Santa Marinha | Construção de viaduto de ligação entre a Rua General Torres e a Via Rosa Mota e substituição da baía de estacionamento da Rua General Torres, por faixa de rodagem, de forma a possibilitar a alteração da postura municipal para 2 sentidos |
| Recuperação do Corredor Ecológico da Ribeira de Atiães | | Madalena | Construção de percurso ciclo-pedonal na margem da Ribeira de Atiães, entre a Rua do Cerro e a Av. Beira-Mar |

| | | |
|---|---|---|
| Requalificação da Rua dos Terços - 2ª Fase | Canelas | Redefinição dos alinhamentos, com a construção de passeios e baías de estacionamento e pavimentação da faixa de rodagem em betão betuminoso |
| Const. Rotunda entre a Av. dos Descobrimentos e a Av. Inf. Henrique e Beneficiação da Av. dos Descobrimentos | Várias | Construção de rotunda e beneficiação do pavimento da faixa de rodagem a betão betuminoso |

## 3.2. VIAS E ESPAÇO PÚBLICO - OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| DESIGNAÇÃO | LOCALIZAÇÃO | FREGUESIA | EXTENSÃO/ÁREA |
|---|---|---|---|
| Execução de passeio | Escola de Mexedinho | Pedroso | 60 ml (metros lineares) |
| Execução de muro e passeios | R de Murraceses | Grijó | 100 ml |
| Pavimentação a cubos de granito | Travessa de Pante | Lever | 150 ml |
| Regularização de pavimento a *tout-venant* | Travessa de Portalto | S Félix da Marinha | 40 ml |
| Reparação do pavimento | R da Pena | Crestuma | 100 m2 |
| Correção do separador central | Rotunda da VL12/A45 | V Paraíso | 60 ml |
| Alargamento de passeio e execução de muro | R Raimundo Carvalho | Mafamude | 20 ml |
| Requalificação geral da rua | R da Escola Central | Avintes | 900 ml |
| Requalificação da R Padre Araújo | Centro Escolar de Avintes | Avintes | 300 ml |
| Reposição de pavimento (a cubos) que se apresentava abatido | R do Sol | Seixezelo | 50 ml |
| Requalificação geral da rua. | R Particular João Félix | Santa Marinha | 300 ml |
| Alargamento do Largo António Pereira Tamanco | Bombeiros Voluntários | Valadares | 40 ml |
| Execução de passeio | R Camilo Castelo Branco | Sta Marinha/Afurada | 20 ml |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Execução de passeios de acesso a abrigo de passageiros | R Nova de S Caetano | Vilar do Paraíso | 35 ml |
| Reposição de pavimento a cubos | Loteamento em Avintes junto à EN 222 e Lidl | Pedroso | 40 m2 |
| Alargamento do passeio | Gaveto da rua loureiros com estrada de brito | S Félix da Marinha | 20 ml |
| Colocação de lajeado de granito e execução de rampas | Praceta Salvador Caetano | Santa Marinha | 30 ml |
| Requalificação Geral | Largo Santa Isabel | Olival | 3000 m2 |
| Execução de passeio para abrigo de passageiros | Avenida Infante Sagres | Valadares | 15 ml |
| Regularização do pavimento para receber camada de desgaste e correção de passeios | Travessa Nova de S Caetano | Vilar do Paraíso | 100 ml |
| Reparação do pavimento | Praceta Norton de Matos | Gulpilhares | 80 ml |
| Regularização do pavimento | R Cabo Simão | Santa Marinha | 300 ml |
| Reparação do pavimento | R das Pedrinhas Brancas | S Félix da Marinha | 20 ml |
| Pavimentação a cubos e passeios em patela | R S Vicente Ferrer e Travessa da Mata | S Félix da Marinha | 30 ml |
| Execução de muro e passeio em betonilha | R S Mamede | S Félix da Marinha | 40 ml |
| Reparação de pavimento | R do Flower | Canidelo | 60 ml |
| Execução de passeio em patela na zona de abrigo de passageiros junto à Brico Depôt | R Nova do Fojo | Canidelo | 10 ml |
| Execução de passeio em patela | R Central de Campos | Avintes | 40 ml |
| Alargamento da faixa de rodagem e passeio incluindo demolição de muros e reconstrução nos novos alinhamentos | R Nossa Senhora das Dores | Serzedo | 80 ml |
| Requalificação Geral | Avenida Pedro Nunes | Gulpilhares | 320 ml |
| Execução de muro de vedação de terreno e passeios | R 14 de Outubro | Mafamude | 30 ml |
| Rebaixamento passeios para pintura de passadeiras | Avenida António Coelho Moreira | Valadares | 6 ml |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Pavimentação | R Egas Moniz | Arcozelo | 50 ml |
| Pavimentação | R das Coletividades | Perosinho | 100 m2 |
| Execução de passeios | EN 1-15 | Vilar de Paraíso | 250 ml |
| Execução de muro e passeios - alargamento | Largo Santa Margarida | Grijó | 40 ml |
| Alargamento do arruamento | R Senhor dos Aflitos | Afurada | 60 ml |
| Execução de muros em pedra e pavimentação | Polidesportivo de Seixezelo | Seixezelo | 150 ml |
| Pavimentação | R dos Moleiros | Seixezelo | 45 ml |
| Pavimentação | R Duarte de Oliveira | Perosinho | 60 ml |
| Reparação da drenagem de águas pluviais e pavimentação | R do Poente | Olival | 150 m2 |
| Reparação do pavimento | Avenida dos Arcos do Sardão | Oliveira do Douro | 30 ml |
| Execução de passeio em patela hexagonal | Travessa de Painçais | Lever | 60 ml |
| Pavimentação dos arruamentos | R de Gradouro e R D Maria da Piedade | Avintes | 150 ml |
| Pavimentação | R dos Lagos | S Félix da Marinha | 60 ml |
| Reparação de pavimento | Urbanização Quinta dos Cubos | Oliveira do Douro | 20 m2 |
| Execução de passeio | R da Misericórdia | Santa Marinha | 100 ml |
| Execução de muro, passeios e correção drenagem de águas pluviais | R Parque Desportivo | Sermonde | 130 ml |
| Alargamento de rua e execução de passeio | R 5 de Outubro | Avintes | 140 ml |
| Requalificação acesso ao Centro de Reabilitação do Norte | Avenida dos Sanatórios | Valadares | 500 ml |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Requalificação do arruamento | Travessa Pedro Nunes | Gulpilhares | 250 ml |
| Execução de passeios | R de Gende | Sandim | 180 ml |

## 3.3. VIAS E ESPAÇO PÚBLICO - PRINCIPAIS INTERVENÇÕES DO SOS-VIAS

| LOCAL | FREGUESIA |
|---|---|
| ALAMEDA JARDINS ARRÁBIDA | SANTA MARINHA |
| AV. NUNO ÁLVARES | MAFAMUDE |
| AVENIDA D. JOÃO II | SANTA MARINHA |
| AVENIDA DA REPÚBLICA | MAFAMUDE / SANTA MARINHA |
| ESTÁDIO MUNICIPAL JORGE SAMPAIO | PEDROSO |
| PRACETA 25 ABRIL | MAFAMUDE |
| PRACETA AQUILINO RIBEIRO | OLIVEIRA DO DOURO |
| PRACETA JOAQUIM FERNANDES GOMES | SANTA MARINHA |
| PRACETA SALVADOR CAETANO | SANTA MARINHA |
| PRACETA SÃO TOME E PRÍNCIPE | MAFAMUDE |
| RUA AGRO DE MOINHOS | MAFAMUDE |
| RUA ALTO DOS OLIVEIRAS | SANTA MARINHA |
| RUA ANDRÉ DE CASTRO | SANTA MARINHA |
| RUA ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA | MADALENA |
| RUA ANTÓNIO RODRIGUES DA ROCHA | MAFAMUDE |
| RUA BARÃO CORVO | SANTA MARINHA |
| RUA CABANÕES | AVINTES |
| RUA CHÃO DO VALE | VALADARES |

| | |
|---|---|
| RUA CONCEIÇÃO FERNANDES | MAFAMUDE |
| RUA D. PEDRO V | MAFAMUDE |
| RUA DA BÉLGICA | CANIDELO |
| RUA DA FONTE | LEVER |
| RUA DA RAMADINHA | MAFAMUDE |
| RUA DA TRANQUEIRA | OLIVEIRA DO DOURO |
| RUA DAS CORGAS | LEVER |
| RUA DAS GALÉS | CANIDELO |
| RUA DAS HORTAS | LEVER |
| RUA DE CADAVÃO | VILAR DO PARAISO |
| RUA DE CODEÇAIS | PEDROSO |
| RUA DE MATOSINHOS | SÃO FELIX DA MARINHA |
| RUA DE NAZARÃES | MADALENA |
| RUA DO COTEIRO | GRIJÓ |
| RUA DO MERCADO | ARCOZELO |
| RUA DO PENEDO | VALADARES |
| RUA DO ROSÁRIO | MAFAMUDE |
| RUA DO SEIXO | GRIJÓ |
| RUA FEITEIRA | PEDROSO |
| RUA GENERAL TORRES | MAFAMUDE |
| RUA GRÉMIO DA PROSPERIDADE | SANTA MARINHA |
| RUA HERÓIS ULTRAMAR | VILAR DE ANDORINHO |
| RUA ILÍDIO SARDOEIRA | SANTA MARINHA |
| RUA JOÃO BARROS | MAFAMUDE |
| RUA JORGE DIAS | CANIDELO |
| RUA JOSÉ MARIANI | SANTA MARINHA |
| RUA PÁDUA CORREIA | MAFAMUDE |
| RUA PARQUE 1º DE MAIO | MAFAMUDE |
| RUA PARTICULAR JOÃO FÉLIX | SANTA MARINHA |

| | |
|---|---|
| RUA RAMALHO ORTIGÃO | MAFAMUDE |
| RUA S. TOMÉ E PRINCIPE | MAFAMUDE |
| RUA TENENTE VALADIM | CANIDELO |
| RUA VENCESLAU RAMOS | AVINTES |
| RUA VISCONDE DAS DEVESAS | SANTA MARINHA |
| RUA ZEFERINO COSTA | SANTA MARINHA |
| TRAVESSA AURELIANO LIMA | MAFAMUDE |
| TRAVESSA CONSELHEIRO VELOSO DA CRUZ | SANTA MARINHA |
| TRAVESSA DA BARROSA | MAFAMUDE |
| TRAVESSA DE BAIZA | VILAR DE ANDORINHO |
| TRAVESSA DE PAINÇAIS | LEVER |
| TRAVESSA LAVOURAS | ARCOZELO |
| TRAVESSA SALGUEIROS | CANIDELO |
| TRAVESSA SELO DE CIMA | LEVER |
| TRAVESSA SENHOR DE MATOSINHOS | SANTA MARINHA |

## 3.4. REABILITAÇÃO DE ESCOLAS - OBRAS POR EMPREITADA

| **DESIGNAÇÃO** | **FREGUESIA** |
|---|---|
| ESCOLA BÁSICA DE ESPINHO - PINTURA GERAL E TRATAMENTO DA COBERTURA | S. FÉLIX DA MARINHA |
| ESCOLA BÁSICA DA IGREJA 2 - PINTURA GERAL E TRATAMENTO DA COBERTURA | SANDIM |
| ESCOLA BÁSICA CAMPOLINHO 2 - REABILITAÇÃO DA COBERTURA DO R/C E WC | VALADARES |
| ESCOLA BÁSICA DA BANDEIRA - OBRAS DE REABILITAÇÃO | MAFAMUDE |
| ESCOLA BÁSICA DA CAPELA - OBRAS DE REABILITAÇÃO | GULPILHARES |

| | |
|---|---|
| JARDIM DE INFÂNCIA DA AGUDA - CRIAÇÃO DE ESPAÇO PARA CANTINA | S. FÉLIX DA MARINHA |
| ESCOLA BÁSICA DE OUTEIRO - OBRAS DE REABILITAÇÃO | SERZEDO |
| ESCOLA BÁSICA DE MARMOIRAL - OBRAS DE REABILITAÇÃO | MADALENA |
| ESCOLA BÁSICA URBANO SANTOS MOURA - OBRAS DE REABILITAÇÃO | CRESTUMA |
| JARDIM DE INFÂNCIA DE CANIDELO - OBRAS DE REABILITAÇÃO | CANIDELO |
| ESCOLA BÁSICA DE LOUREIRO N.º 2 – REABILITAÇÃO DE COBERTURAS | PEROSINHO |
| ESCOLA BÁSICA DE MONTE - OBRAS DE REABILITAÇÃO | S. FÉLIX DA MARINHA |
| ESCOLA BÁSICA DE GRANJA - OBRAS DE REABILITAÇÃO | S. FÉLIX DA MARINHA |
| ESCOLA BÁSICA DE LOUREIRO - OBRAS DE REABILITAÇÃO | GRIJÓ |
| ESCOLA BÁSICA DE LAVADORES - OBRAS DE REABILITAÇÃO | CANIDELO |
| ESCOLA BÁSICA DA PRAIA - OBRAS DE REESTRUTURAÇÃO | SANTA MARINHA |
| ESCOLA BÁSICA DO CEDRO - OBRAS DE REABILITAÇÃO | MAFAMUDE |
| ESCOLA BÁSICA DO MARCO - OBRAS DE REABILITAÇÃO | SANTA MARINHA |
| ESCOLA BÁSICA DE SEIXO ALVO - CONSTRUÇÃO DE RECREIO COBERTO E REMODELAÇÃO DE CANTINA | OLIVAL |
| ESCOLA BÁSICA DE SÁ - OBRAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO | ARCOZELO |
| ESCOLA BÁSICA SANTO ANTÓNIO - OBRAS DE REABILITAÇÃO | GRIJÓ |
| ESCOLA BÁSICA DOS CARVALHOS - REMODELAÇÃO DA CANTINA | PEDROSO |

| | |
|---|---|
| ESCOLA BÁSICA DE AFURADA DE BAIXO - OBRAS DE REESTRUTURAÇÃO | S. PEDRO DA AFURADA |
| ESCOLA BÁSICA DE LAGOS - CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS PRÉ-FABRICADOS | V. DO PARAÍSO |

## 3.5. REABILITAÇÃO DE ESCOLAS - OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| LOCAL | FREGUESIA | TRABALHOS REALIZADOS |
|---|---|---|
| JI MEGIDE | CANELAS | PINTURA EXTERIOR |
| EB1 SEIXO-ALVO | OLIVAL | PINTURA INTERIOR |
| | | SUBSTITUIÇÃO DE SOALHOS |
| | | REPARAÇÃO DE TETOS |
| EB1 BOAVISTA | ARCOZELO | PINTURA INTERIOR |
| | | PINTURA EXTERIOR |
| EB1 MONTE | GULPILHARES | PINTURA INTERIOR |
| | | SUBSTITUIÇÃO DE SOALHOS |
| EB1 CURVADELO | SERZEDO | REPARAÇÃO DE SOALHOS |
| EB1 CEDRO | MAFAMUDE | PINTURA INTERIOR |
| | | REPARAÇÃO DO PAVIMENTO EM MADEIRA |
| | | REPARAÇÃO DA CAIXILHARIA |
| EB1 ALQUEBRE | SERZEDO | PINTURA INTERIOR |
| | | REPARAÇÃO DE SOALHOS |
| JI AFURADA CIMA | SÃO PEDRO AFURADA | PINTURA INTERIOR (SALAS DE AULA) |
| EB1 JUNQUEIRA | VILAR DO PARAÍSO | PINTURA INTERIOR (ESPAÇO BIBLIOTECA NOVA) |
| EB1 AGUDA | ARCOZELO | PINTURA DE GRADEAMENTO |
| EB1 GERVIDE | OLIVEIRA DO DOURO | PINTURA INTERIOR |
| EB1 FORMIGOSA | OLIVEIRA DO DOURO | ADAPTAÇÃO INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA JI |

| | | |
|---|---|---|
| EB1 SRA. MONTE | PEDROSO | ADAPTAÇÃO INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA JI |
| EB1 VILA CHÃ | VALADARES | SUBSTITUIÇÃO DE RUFOS |
| EB1 LABORIM BAIXO | MAFAMUDE | EXECUÇÃO INFRAESTRUTURAS PARA MONOBLOCO |
| EB1 QTA. CASTELOS | SANTA MARINHA | EXECUÇÃO DE DIVISÓRIAS |
| JI SEIXO ALVO | OLIVAL | REPARAÇÃO TETO SALA ATL |
| EB1 CORVEIROS | GRIJÓ | REPARAÇÃO PAVIMENTO SALAS MODULARES |
| JI OUTEIRO | OLIVEIRA DO DOURO | PINTURA INTERIOR |
| | | PINTURA EXTERIOR |
| | | REVISÃO INST. SANITÁRIAS |
| | | SUBSTITUIÇÃO COBERTURA POLICARBONATO |

## 3.6. PROTOCOLOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA

Para além das ações por administração direta, foram ainda estabelecidas formas de colaboração (protocolos, contratos-programa e contratos interadministrativos), visando reforçar a estratégia de rede no trabalho local, nomeadamente com as Juntas de Freguesia.

| Juntas de Freguesia | Objeto | Valor |
|---|---|---|
| JF Arcozelo | Eventos culturais | 3.500,00 € |
| JF Arcozelo | Rua Rio do Vale | 30.000,00 € |
| JF Arcozelo | Rua Padre Nunes de Campos | 50.000,00 € |
| JF Arcozelo | Casa Mortuária | 50.000,00 € |
| JF Avintes | Eventos culturais | 22.400,00 € |
| JF Avintes | Rua Padrão Vermelho | 40.000,00 € |
| JF Canelas | Eventos culturais | 10.100,00 € |
| JF Canelas | Rua D. Pedro IV e Rua da Constituição | 32.000,00 € |
| JF Canidelo | Eventos culturais | 7.600,00 € |
| JF Canidelo | Rua do Picão | 10.000,00 € |
| JF Madalena | Eventos culturais | 3.100,00 € |

| | | |
|---|---|---|
| JF Madalena | Ideal Clube Madalenense | 10.000,00 € |
| JF Oliveira do Douro | Eventos culturais | 19.500,00 € |
| JF Oliveira do Douro | Rua Colégio do Sardão | 20.000,00 € |
| JF São Félix da Marinha | Eventos culturais | 7.500,00 € |
| JF São Félix da Marinha | Rua da Cortinha | 20.000,00 € |
| JF Vilar de Andorinho | Eventos culturais | 17.500,00 € |
| JF Vilar de Andorinho | Fundo Emergência Social | 15.000,00 € |
| UF Grijó/Sermonde | Eventos culturais | 25.400,00 € |
| UF Grijó/Sermonde | Rua Senhora da Graça | 10.000,00 € |
| UF Grijó/Sermonde | Apoio à edição de livro "Caminhos de Santiago em Gaia" | 4.000,00 € |
| UF Gulpilhares/Valadares | Eventos culturais | 3.100,00 € |
| UF Gulpilhares/Valadares | Rua Gestosa/Rua Carvalhal | 30.000,00 € |
| UF Mafamude/V. Paraíso | Eventos culturais | 30.740,00 € |
| UF Mafamude/V. Paraíso | EB1 Cedro + Rua da Junqueira de Baixo/Rua do Barroco/Rua Gil Eanes/Rua Património/Travessa Património/Travessa Aureliano Lima/Rua da Tapada | 50.000,00 € |
| UF Pedroso/Seixezelo | Eventos culturais | 10.100,00 € |
| UF Pedroso/Seixezelo | Rua Bom Samaritano e Rua Santa Marinha | 25.000,00 € |
| UF Pedroso/Seixezelo | Obras no edifício-sede | 5.000,00 € |
| UF Pedroso/Seixezelo | Reabilitação da rede viária | 30.000,00 € |
| UF Santa Marinha/Afurada | Eventos culturais | 30.600,00 € |
| UF Santa Marinha/Afurada | Praceta Quinta da Bela Vista | 15.000,00 € |
| UF Serzedo/Perosinho | Eventos culturais | 4.900,00 € |
| UF Serzedo/Perosinho | Alargamento e obras Cemitério Serzedo | 20.000,00 € |
| UF Sandim, Olival, Lever, Crestuma | Eventos culturais | 4.600,00 € |
| UF Sandim, Olival, Lever, Crestuma | Orla Ribeirinha de Lever | 30.000,00 € |
| UF Sandim, Olival, Lever, Crestuma | Requalificação do Largo de Santa Isabel | 148.400,00 € |
| | **TOTAL** | **845.040,00 €** |

Suplementarmente, foram assinados com as Juntas de Freguesia protocolos de apoio no âmbito do Acordo-Quadro para arruamentos, no valor total de 2 milhões de euros, que não se inscrevem no mapa anterior, uma vez que não têm transferências de verbas, cujo montante é diretamente pago pela Câmara Municipal.

Estes protocolos acrescem aos montantes pagos em Acordos de Execução, anualmente e em duodécimos, nos seguintes montantes (valores para 2016):

| | MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES | LIMPEZA DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS | MOBILIÁRIO URBANO – MANUTENÇÃO (NÃO-CONCESSIONADO) | PEQUENAS REPARAÇÕES - ESCOLAS | LIMPEZA DE ESCOLAS – ESPAÇOS ENVOLVENTES | TOTAL ANUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO | 53.668,80 € | 41.851,20 € | 8.160,00 € | 8.160,00 € | 10.160,00 € | **144.000,00 €** |
| JUNTA DE FREGUESIA DE AVINTES | 17.754,00 € | 126.246,00 € | 6.000,00 € | 6.000,00 € | 7.500,00 € | **180.000,00 €** |
| JUNTA DE FREGUESIA DE CANELAS | 30.168,00 € | 78.552,00 € | 5.760,00 € | 5.760,00 € | 7.760,00 € | **150.000,00 €** |
| JUNTA DE FREGUESIA DE CANIDELO | 12.553,20 € | 152.566,80 € | 6.960,00 € | 6.960,00 € | 9.960,00 € | **222.000,00 €** |
| UNIÃO FREG. DE GRIJÓ E SERMONDE | 27.079,20 € | 144.040,80 € | 6.960,00 € | 6.960,00 € | 8.460,00 € | **210.000,00 €** |
| UNIÃO FREG. GULPILHARES E VALADARES | 14.355,60 € | 125.564,40 € | 9.360,00 € | 9.360,00 € | 11.360,00 € | **192.000,00 €** |
| JUNTA DE FREGUESIA DE MADALENA | 22.687,20 € | 71.632,80 € | 4.560,00 € | 4.560,00 € | 6.560,00 € | **132.000,00 €** |
| UNIÃO FREG. DE MAFAMUDE E V.PARAÍSO | 39.474,00 € | 147.966,00 € | 17.520,00 € | 17.520,00 € | 21.020,00 € | **282.000,00 €** |
| JUNTA DE FREGUESIA DE O. DOURO | 25.989,60 € | 134.330,40 € | 10.560,00 € | 10.560,00 € | 12.560,00 € | **216.000,00 €** |
| UNIÃO FREG. DE PEDROSO E SEIXEZELO | 17.020,80 € | 182.899,20 € | 9.360,00 € | 9.360,00 € | 13.860,00 € | **282.000,00 €** |
| U. FREG. SANDIM, OLIVAL, LEVER E CRESTUMA | 31.376,40 € | 279.663,60 € | 16.320,00 € | 16.320,00 € | 18.320,00 € | **384.000,00 €** |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| UNIÃO FREG. DE S. MARINHA E AFURADA | 20.490,00 € | 118.710,00 € | 9.600,00 € | 9.600,00 € | 13.100,00 € | **210.000,00 €** |
| UNIÃO DAS FREG. DE SERZEDO E PEROSINHO | 10.644,00 € | 145.596,00 € | 7.920,00 € | 7.920,00 € | 9.920,00 € | **204.000,00 €** |
| JUNTA DE FREG. DE S. F. DA MARINHA | 18.892,80 € | 85.507,20 € | 7.200,00 € | 7.200,00 € | 9.200,00 € | **150.000,00 €** |
| JUNTA DE FREGUESIA DE V. ANDORINHO | 23.436,00 € | 109.764,00 € | 3.600,00 € | 3.600,00 € | 5.100,00 € | **162.000,00 €** |
| **TOTAL** | **365.589,60 €** | **1.944.890,40 €** | **10.820,00 €** | **10.820,00 €** | **10.820,00 €** | **3.120.000,00 €** |

## 3.7. PROTOCOLOS COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Para além das Juntas de Freguesia, foram ainda estabelecidas formas de colaboração com instituições locais dos vários setores (ação social, cultura, desporto), quer na perspetiva do trabalho imaterial, quer na perspetiva da melhoria ou criação de novas infraestruturas, fazendo um esforço de equidade e de rigorosa resposta ao diagnóstico de necessidades.

| **Instituições - Cultura** | **Objeto** | **Valor** |
|---|---|---|
| Academia de Música de Vilar do Paraíso | Festival Intern. de Música de Gaia | 3.000,00 € |
| Ass. Recreativa Mocidade Corveirense | Requalificação da sede | 2.500,00 € |
| Associação "Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana" | Roteiro em 10 volumes do Património de Vila Nova de Gaia / Funcionamento/formação | 140.000,00 € |
| Associação Cultural de Oliveira do Douro | Transporte | 2.000,00 € |
| Associação Cultural e Musical de Avintes | Construção do Auditório | 70.000,00 € |
| Associação das Coletividades de Gaia | Apoio a diversos eventos culturais | 7.000,00 € |
| Associação Recreativa e Cultural de Serzedo | Obras de remodelação da sede | 70.000,00 € |
| Associação Recreativa Entre-Parentes | Apoio – Marchas de São João | 1.500,00 € |
| Banda Musical Leverense | Obras na sede | 1.500,00 € |
| Centro de Recreio Popular de São Tiago | Construção da sede | 10.000,00 € |
| Fundação Conservatório Regional de Gaia | Festival Internacional de Música | 18.000,00 € |

| | | |
|---|---|---|
| Grupo de Teatro Amador de Sandim (TAS) | Construção do Auditório | 75.000,00 € |
| Grupo Dramático de Vilar do Paraíso | Encontro Teatro | 2.000,00 € |
| Grupo Folc. Etnográfico Crestuma | Apoio – Marchas de São João | 2.000,00 € |
| Grupo Mérito Dramático Avintense | Edição Livro 100.º Aniversário | 2.500,00 € |
| Grupo Musical da Mocidade Perosinhense | Requalificação da sede | 130.000,00 € |
| Kale – Companhia de Teatro | Apoio ao Festival Cale-se 2014 | 4.000,00 € |
| Kale – Companhia de Teatro | Apoio ao Festival Cale-se 2015 | 4.000,00 € |
| Kale – Companhia de Teatro | Apoio ao Festival Cale-se 2016 | 4.500,00 € |
| Rancho Folclórico "A Rusga de Arcozelo" | Encontro de folclore | 2.100,00 € |
| Sociedade Filarmónica de Crestuma | Obras de remodelação da sede | 100.000,00 € |
| Tuna Musical de Santa Marinha | Apoio - Marchas de São João | 2.500,00 € |
| | **TOTAL** | **654.100,00 €** |

Nesta listagem não se encontram formas diversas de apoios para eventos específicos assumidos diretamente ou em parceria pelas instituições, como as Marchas de São João, o Festival *Gaia World Music*, entre outros.

Na área desportiva, o investimento foi mais heterogéneo, desde logo em resposta às dificuldades sentidas pelas instituições que gerem os seus próprios equipamentos com custos elevados e sem significativo apoio municipal. Assim, avançamos paralelamente com um programa de apoio a instituições desportivas que gerem os seus próprios equipamentos, de forma a compensá-las face às demais instituições que passaram a beneficiar, desde 2014, da cedência gratuita das infraestruturas (piscinas, pavilhões, etc.) para a formação desportiva (fruto do novo regulamento municipal de taxas de utilização de equipamentos desportivos).

| **Instituições - Desporto** | **Objeto** | **Valor** |
|---|---|---|
| Águias Sport Gaia | Aquisição de equipamentos | 5.000,00 € |
| Associação Desportiva Modicus de Sandim | Atividade desportiva | 9.000,00 € |

| | | |
|---|---|---|
| Associação de Ténis de Mesa do Porto | Desenvolvimento do ténis de mesa (Escola Municipal) | 13.200,00 € |
| Associação Desportiva e Cultural Sta. Isabel | Equipamento desportivo | 4.000,00 € |
| Canelas Gaia FC | Construção do 2.º campo de jogos | 320.000,00 € |
| Centro Cultural e Desportivo Arca de Noé | Formação desportiva | 2.500,00 € |
| CF Perosinho | Obras no pavilhão | 9.000,00 € |
| Clube Atletismo de Avintes | Prova de Atletismo | 1.000,00 € |
| Clube Desportivo do Candal | Apoio relvado sintético | 148.000,00 € |
| Clube de Futebol de Oliveira do Douro | Construção da 1ª fase do parque de jogos | 335.000,00 € |
| Clube de Futebol de Oliveira do Douro | Construção da 2ª fase do parque de jogos | 300.000,00 € |
| Clube Náutico de Crestuma | Maratona de Canoagem | 2.000,00 € |
| Clube União Desportiva Leverense | Requalificação dos balneários | 110.000,00 € |
| F. C. Avintes | Infraestruturas | 94.000,00 € |
| F. C. Pedroso | Infraestruturas - Balneários | 36.900,00 € |
| F. C. Pedroso | Construção do campo de jogos | 322.716,16 € |
| Hóquei Clube Paço de Rei | Apoio à manutenção de infraestruturas/pavilhão | 4.000,00 € |
| Juventude de Gaia | Obras na sede | 1.000,00 € |
| Seminário Menor Sagrado Coração Jesus (Colégio de Gaia) | Formação desportiva | 6.000,00 € |
| Sport Club Dragões Sandinenses | Infraestruturas | 319.677,90 € |
| Sporting Clube de Arcozelo | Infraestruturas | 3.000,00 € |

| | | |
|---|---|---|
| Sporting Clube de Coimbrões | Apoio relvado sintético | 100.000,00 € |
| Sporting Clube de Coimbrões | Atividade desportiva | 9.000,00 € |
| Vilanovense Futebol Clube | Formação / infraestruturas | 5.000,00 € |
| | **TOTAL** | **2.159.994,10 €** |

A estes protocolos acrescem cerca de 130 mil euros por ano para pagamento das inscrições das camadas de formação das mais diversas modalidades desportivas.

Nos domínios da ação social, o desafio foi posto na reabilitação de infraestruturas mais debilitadas, nas diversas áreas de atuação (deficiência, idosos, infância). A criação de um fortalecido programa municipal de emergência social não foi prosseguida com a intensidade esperada nestes primeiros 2 anos, sobretudo pelas razões económico-financeiras explanadas.

| **Instituições - Ação Social** | **Objeto** | **Valor** |
|---|---|---|
| APPACDM | Aquisição da carrinha | 20.000,00 € |
| Assoc. Nacional de Combate à Pobreza | Funcionamento | 2.000,00 € |
| Associação de Solidariedade Social dos Idosos de Canidelo – ASSIC | Comparticipação na elaboração dos projetos de especialidade | 20.000,00 € |
| Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Valadares | Comparticipação para obras de ampliação do quartel | 40.000,00 € |
| Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares | Obras na sede | 9.000,00 € |
| Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – APPDA | Comparticipação na elaboração dos projetos de especialidade | 10.000,00 € |
| Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Gaia (6) | Comparticipação no apoio anual às atividades de proteção civil e ação social – 2014 (55.000€ por cada Associação) | 330.000,00 € |
| Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Gaia (6) | Comparticipação no apoio anual às atividades de proteção civil e ação social – 2015 (55.000€ por cada Associação) | 330.000,00 € |

| | | |
|---|---|---|
| Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) | Apoios técnicos | 7.500,00 € |
| Centro de Recreio Popular de Arnelas | Manutenção de infraestruturas (sede) | 2.500,00 € |
| Centro Social de São Félix da Marinha | Requalificação da sede | 30.000,00 € |
| Centro Social do Candal-Marco | Obras no Parque Infantil | 7.500,00 € |
| Comunidade Cristã da Serra do Pilar | Evento musical (aniversário) | 2.500,00 € |
| Conselho Português para a Paz e Cooperação | Desenvolvimento de iniciativa | 2.000,00 € |
| Agrupamento de Escuteiros - Agrupamento Pedroso | Obras na sede | 5.000,00 € |
| FEDAPAGAIA | Funcionamento/formação parental | 36.000,00 € |
| Fundação Padre Luís | Comparticipação na elaboração dos projetos de especialidade | 10.000,00 € |
| Grupo Beneficente "Os Amigos dos Pobres" de Grijó | Requalificação da sede | 3.000,00 € |
| Liga dos Amigos do Centro de Saúde Soares dos Reis | Comparticipação na elaboração dos projetos de especialidade | 20.000,00 € |
| Olival Social | Requalificação da sede | 7.500,00 € |
| Paróquia de Coimbrões | Obras na Igreja - Requalificação | 30.000,00 € |
| Paróquia de Gulpilhares | Requalificação da Igreja Paroquial | 50.000,00 € |
| Paróquia de Lever | Apoio às festas locais | 1.000,00 € |
| Paróquia de Mafamude | Manutenção e restauro da igreja paroquial e de objetos religiosos | 50.000,00 € |
| Paróquia de Olival | Obras de requalificação da Capela | 10.000,00 € |
| Paróquia de Oliveira do Douro | Escuteiros - Agrupamento de Oliv. do Douro | 2.500,00 € |
| Paróquia de Vilar de Andorinho | Obras na Igreja da Sagrada Família | 84.000,00 € |
| | **TOTAL** | **1.122.000,00 €** |

## VIII. NOTAS FINAIS

O presente relatório pretende diagnosticar a trajetória e a estratégia municipais que foram adotadas para o atual mandato autárquico (2013-2017), com os dados objetivos e técnicos dos dois primeiros anos de mandato.

Assumimos a necessidade de uma gestão equilibrada, inteligente e sustentável, a partir dos instrumentos existentes e tendo também como elementos inspiradores a Auditoria Orientada ao Endividamento Municipal (2008 a 2012), realizada pelo Tribunal de Contas (cf. http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2015/2s/audit-dgtc-rel013-2015-2s.shtm), que ditou um Juízo Desfavorável às contas municipais desse período, mas também a Auditoria de Apuramento da Dívida Real do Município de Vila Nova de Gaia, realizada pelo Dr. Pedro Mota e Costa, onde se constatam diversos problemas, nomeadamente o reporte à DGAL de dívida subavaliada, contribuindo dessa forma para a errada inscrição do passivo municipal ao longo de vários anos.

Assumimos e aplicamos as Recomendações do Tribunal de Contas constantes do Relatório final da Auditoria Orientada ao Endividamento Municipal (2008 a 2012) e solicitamos a realização, por parte deste Tribunal, de uma Auditoria de Acompanhamento à Câmara Municipal de Gaia, relativa aos anos do atual mandato, que permita aquilatar o atual modelo de gestão, as alterações ocorridas e a convicção que temos, segundo a qual o Município de Vila Nova de Gaia passou a inscrever-se na lista de Municípios exemplares na gestão municipal rigorosa, inteligente e sustentável.

Consubstanciando os princípios do Rigor, da Transparência e da Responsabilidade na gestão da "coisa pública", e insistindo no princípio da desoneração fiscal como um mecanismo indutor do reforço da coesão social e de alavancagem ao desenvolvimento económico e consequentemente social, os números apresentados correspondem à factualidade já atingida passados vinte e quatro meses do ato de tomada de posse. E isto é feito colocando em causa alguns dos paradigmas da gestão pública, como o reforço da importância das despesas correntes em detrimento da equívoca sacralização das despesas de

capital, desde que orientadas à dinamização do terceiro setor, através da prestação e contratualização de serviços de caráter social (emprego, apoio social, educativo), através da alocação de recursos a atividades de manutenção, reabilitação funcional e infraestrutural de ativos municipais ou através da internalização de empresas e estruturas municipais, como a Gaianima ou o Parque Biológico.

Através da apresentação dos aspetos considerados mais relevantes, sem prejuízo de uma análise mais detalhada que pode efetuar-se através da consulta do Relatório e Contas do Município, procurou demonstrar-se que, apesar de a situação financeira do Município não ter ainda atingido o equilíbrio pretendido, uma parte do processo de saneamento e reequilíbrio foi concretizado num espaço de tempo muito curto, a partir de alguns fatores concretos:

1. A evolução descendente da dívida, com uma redução de 10,5% em 2014 e com um caminho semelhante em 2015.

2. A autonomia financeira crescente, representando as receitas próprias, um peso de 60,8% do total da receita arrecadada.

3. A diminuição do total da despesa no montante de 6.526,07 milhares de euros, exibindo uma redução de 4,8% relativamente a 2013.

4. A criação de poupança corrente e na transição de um saldo final para financiamento de futuros investimentos.

Importa referir que são, assim, criados recursos próprios que permitem à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, apesar dos constrangimentos financeiros e económicos patentes no cenário macroeconómico do país, adquirir a resiliência necessária para se poder afirmar como um território, objetivamente, de excelência e de rigor na gestão.

Tudo isto ocorreu no decurso de dois anos que não contaram com financiamentos do novo quadro comunitário (Portugal-2020); apesar de estar previsto o seu início em 2014, a verdade é que isso não ocorreu, com claros prejuízos para o país e para o Município de Vila

Nova de Gaia. Quase nenhum programa de financiamento foi lançado, o que inviabilizou a capacidade de investimento e o arrojo em projetos novos, em Gaia como no resto do país.

Aliás, a este propósito basta lembrar que, na última década, todos os grandes projetos municipais e nacionais tiveram um enorme contributo do financiamento comunitário, o que não aconteceu nos últimos dois anos.

Assumiu-se um trabalho exclusivamente assente no orçamento municipal, ao mesmo tempo que se preparam projetos e candidaturas para o momento de abertura das esperadas linhas de financiamento. Em ambos os casos, o mote foi sempre a priorização ao Investimento Inteligente e ao Desenvolvimento Sustentável, único caminho para um Município de referência nacional.

***Eduardo Vítor Rodrigues***

*Presidente da Câmara*

Vila Nova de Gaia, Dezembro de 2015

Contactos:
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - Presidência
Rua Álvares Cabral
4400-017 – Vila Nova de Gaia
Secretariado: Marta Santos (martasantos@cm-gaia.pt)
Telefone: 223 742 929 | Fax: 223 752 011
E-mail do Presidente: evrodrigues@cm-gaia.pt
www.cm-gaia.pt